



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO | | |
|--|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Audiência Pública | Nº: 0136/12 | DATA: 20/03/2012 |
| INÍCIO: 14h50min | TÉRMINO: 18h34min | DURAÇÃO: 03h42min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h42min | PÁGINAS: 82 | QUARTOS: 45 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MAURO PUERRO – Representante da CSP CONLUTAS.
DANIEL CARA – Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
NELSON CARDOSO AMARAL – Professor da Universidade Federal de Goiás.
JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – Professor da Universidade de São Paulo.
MOZART NEVES RAMOS – Membro do Conselho do Movimento Todos pela Educação.

SUMÁRIO: Debate preliminar sobre a Meta 20, especificamente sobre Recursos e Investimentos Educacionais e Custo Aluno-Qualidade .

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ininteligíveis.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Boa tarde a todas e a todos que nos prestigiam nesta 31^a reunião da Comissão Especial que trata do Plano Nacional de Educação.

Hoje consta na pauta o debate preliminar sobre a Meta 20, especificamente sobre Recursos e Investimentos Educacionais e Custo Aluno-Qualidade.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 30^a reunião, realizada em 28 de fevereiro de 2012. Perguntamos a V.Exas. se há necessidade da leitura da referida ata. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Foi solicitada a dispensa pelo Deputado Paulo Rubem Santiago.

Dispensada a leitura da ata.

Em discussão. (Pausa.)

Como não há quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Expediente.

A Secretaria-Geral da Mesa comunica a movimentação parlamentar ocorrida com o afastamento do Deputado Emiliano José, do PT da Bahia, e a decorrente reassunção ao cargo pelo Deputado João Leão, do PP da Bahia.

O Sr. José Luiz Gomes, no Portal *Fale Conosco* da Câmara dos Deputados, sugere a leitura do livro digital *O Livre Pensar Sob a Luz da Democracia* como contribuição à formulação do Plano Nacional de Educação.

Ordem do Dia.

A pauta de hoje prevê o debate preliminar sobre a Meta 20, especificamente sobre Recursos e Investimentos Educacionais e Custo Aluno-Qualidade, com a participação do Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; do Sr. Nelson Cardoso Amaral, Professor da Universidade



Federal de Goiás; do Sr. José Marcelino Rezende Pinto, Professor da Universidade de São Paulo; e do Sr. Mozart Neves Ramos, Membro do Conselho do Movimento Todos pela Educação.

Convido os senhores a comporem a Mesa.

É importante, Deputado Rogério Marinho, registrar que o tema foi proposto pelo Deputado Raul Henry na última reunião ordinária desta Comissão Especial.

Gostaria agora de transferir a condução dos trabalhos ao Deputado Raul Henry.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, antes de passarmos à apresentação e ao debate com os senhores palestrantes — Daniel, Nelson, Mozart —, gostaria de registrar que representantes da CONLUTAS encontram-se presentes. Eles estiveram conversando comigo a respeito de um conjunto de reivindicações e do plano, e solicitaram a realização de uma audiência pública. Disse a eles que realizaríamos esta audiência pública hoje com tema basicamente centrado na questão do financiamento, o que para eles é um momento riquíssimo.

Portanto, se o Plenário concordar, sugiro que se faça uma pequena alteração na pauta para reservarmos 5 minutos para que o pessoal da CONLUTAS exponha sua opinião a respeito do plano. Logo depois, seriam feitas as apresentações dos palestrantes. Assim, evitariíamos a convocação de uma audiência pública em outro dia.

A CONLUTAS representa os professores universitários, a ANDES de todo o Brasil, e é uma organização de estudantes. É uma central sindical como as outras centrais sindicais que nós temos.

Portanto, com a concordância do nosso querido Presidente Deputado Raul Henry — eu entendo que os Srs. Deputados também estão de acordo —, podemos fazer alteração na pauta. (*Pausa.*)

Da CONLUTAS, quem gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. MAURO PUERRO - Deputados, Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator, Srs. Deputados da Comissão, falo não apenas em nome da CSP CONLUTAS, que é a Central Sindical Popular CONLUTAS, e das entidades todas que participam dela, mas também em nome do Comitê da Coordenação Nacional



pela Campanha dos 10% do PIB para Educação Pública, que é constituído por uma série de entidades nacionais, além da CSP CONLUTAS — Central Sindical Popular; o ANDES — Sindicato Nacional dos Docentes; a ANEL — Associação Nacional dos Estudantes – Livre!; o SINASEFE, o SEPERS — Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul; o SEPE — Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro; a Oposição Alternativa da APEOESP — Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo; a Intersindical, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto — MTST e uma série de outras entidades que no Brasil todo se organizam em torno da Central Sindical Popular — CSP CONLUTAS.

Queremos agradecer o espaço que vocês nos dão e dizer que nos colocamos nessa campanha a partir de uma posição que julgo consensual no Brasil hoje. Este é um país de contrastes; é um país que, ao mesmo tempo em que alcança a posição de 6^a economia do mundo, ocupa o 84º no índice de desenvolvimento na área de educação. Então, esse paradoxo precisa ser resolvido, e os senhores, digamos, que estão com uma tarefa importante para o próximo decênio, para os próximos 10 anos, podem fazer história na resolução desse paradoxo.

Foi exatamente partindo desse princípio, de que é necessário a sociedade brasileira também intervir nesse processo, e a partir de um diagnóstico de que a educação pública no Brasil está praticamente falida, que organizamos uma campanha e realizamos um plebiscito em todos os Estados do País, do qual participaram mais de 400 mil pessoas, defendendo a aplicação imediata dos 10% do PIB na educação pública, já.

Portanto, eu vou ler para os senhores uma carta, que é um documento das entidades que organizaram essa campanha em todo o Brasil:

“Mobiliza-nos, neste debate sobre financiamento, como organizações sindicais, estudantis e de movimentos sociais e populares a pauta da reprodução com qualidade da força de trabalho: por isto defendemos o investimento público na educação pública porque a escola pública – entendida desde a educação infantil até a pós-graduação – precisa ser o lócus de formação d@s trabalhador@s garantindo a democratização do conhecimento produzido.



Neste sentido, preocupa-nos no PNE (2011-2020) e também não vemos superação no substitutivo, entre outras questões: a ausência de um diagnóstico da educação pública e de avaliação do PNE (2001-2010); o incentivo a educação à distância, inclusive na pós-graduação; e a ampliação do fundo público para o setor privado, exemplificada na expansão do FIES agora para a educação profissional e na pós-graduação.

E, sobretudo, preocupa-nos o percentual do PIB proposto para a execução do PNE – mesmo que seja de 7,5% ou 8% como investimento público direto, além da insuficiência percentual, o prazo para consecução é 2020.

Associado ao financiamento, como se articulam PPA, LDO cuja marcação de tempo é distinta do PNE; e a famigerada LRF (ou de irresponsabilidade social), e ainda não vimos a compatibilização de responsabilidades e orçamento dos diferentes entes federados e das municipalidades. Dito de forma ampla, a organização da educação brasileira como um sistema nacional de educação, que requer a regulamentação do regime de colaboração, não constitui objeto do PNE.

A avaliação e monitoramento do PNE serão feitos pelo Executivo, pelo MEC, pelo Legislativo (Comissão de Educação da Câmara e do Senado) e pelo CNE, afastando as entidades representativas da educação pública e as instituições de ensino superior desse acompanhamento. Estas esferas terão prerrogativa de rever o percentual de verbas públicas para educação no quarto ano de vigência do Plano, o que, dependendo da conjuntura, pode significar estancamento e mesmo redução das verbas. O recente corte de R\$ 55 bilhões do Orçamento federal corrobora a preocupação. As metas



não são imperativas e dotadas de força legal.

Reiteramos os princípios que embasaram a construção do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira –, exemplar em termos de conteúdo e método, como consenso forjado na disputa das ideias pelo campo crítico na educação, articulando entidades científicas, acadêmicas, sindicais, estudantis e populares no final dos anos 1990. Articulados em torno do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, um coletivo signatário das CBEs (Conferências Brasileiras de Educação, nos anos 1980) e dos CONEDs (Congressos Nacionais de Educação, nos anos 1990), fórum constituído com independência e autonomia frente aos governos de então. Um PNE construído a partir de cuidadoso diagnóstico da realidade educacional do país, tendo como perspectiva a qualidade social da escola pública que, há 10 anos, explicitava a urgência de investir 10% do Produto Interno Bruto Nacional na educação pública.

Temos hoje uma proposta de PNE que, como já dissemos, não parte de diagnóstico, foi discutida em uma conferência hegemonizada pelo governo, cujo “controle social” far-se-á por um fórum de autonomia duvidosa. E, ainda assim, o relatório consolidado (e o substitutivo) não acolhem as propostas da CONAE, em especial no que refere aos 10% do PIB para a educação pública.

Quer situemos o Brasil como país subdesenvolvido, em desenvolvimento ou de capitalismo dependente, impossível imaginar que tenhamos qualquer avanço econômico e social se não tivermos garantida a escola pública de qualidade social, se a formação escolar e profissional d@s filh@s da classe trabalhadora não for substancialmente qualificada: o que significa dizer, que é



urgente o investimento em piso salarial, plano de cargos e salário e em formação básica, continuada e em serviço para @s trabalhador@s da educação, da educação infantil ao ensino superior; no espaço físico e na infraestrutura e em recursos didáticos e tecnológicos desde as creches e escolas infantis até as IES. E nossa afirmação indica apenas que a educação é uma das mediações para que o povo trabalhador avance em qualidade de vida.

Durante 2011 realizamos reuniões, debates, aulas públicas, abaixo-assinados, diferentes mobilizações numa Campanha Nacional pelos 10% do PIB para a Educação Pública, já! No final do ano, fizemos um plebiscito que resultou em cerca de 400 mil votantes afirmando a necessidade da aplicação imediata de 10% do PIB na escola pública. Nossa conversa em 07/03 deste 2012 com o relator do substitutivo do PNE, Deputado Vanhoni, tal como nossa participação nesta audiência dão seguimento a esta campanha.

O Governo Federal gasta hoje quase 50% do orçamento com o pagamento da dívida e serviços a ela relacionados, e o acumulado do superávit primário nos últimos 12 meses chega a 5,71% do PIB. Estamos aqui, em mais uma tentativa de sensibilizar o relator, a Comissão Especial, a Comissão de Educação, Deputad@s e Senador@s e o Governo Federal a investir na qualidade das políticas públicas de Estado, investir na dignidade da reprodução da força de trabalho. No caso específico, para que possamos iniciar a superação do analfabetismo, da permanência sem sucesso nos bancos escolares, da certificação sem aprendizagem, das diferentes formas de educação-mercadoria, aplicar



imediatamente 10% do PIB na educação pública.”

Comitê Nacional da Campanha por 10% do PIB para a Educação Pública, Já! e entidades nacionais, que já havia relacionado antes: CSB-CONLUTAS, ANDES-SN, SINASEF, CEPERAS do Rio Grande do Sul, SEPE do Rio de Janeiro, Oposição Alternativa APEOESP, Intersindical, Oposição de Esquerda da UNE e ANEL.

Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Relator, se me permitem uma palavra final, nós partimos desse diagnóstico, que é a realidade brasileira; queremos intervir democraticamente nesse debate e auxiliar naquilo que pudermos para a superação dessa contradição que existe na realidade brasileira.

Queria encerrar dizendo que me recordava, enquanto falava, de um poema do Carlos Drummond de Andrade. Esse grande poeta, certa vez, tomando uma sopa de letrinhas — aquela sopa de letras que não é do meu tempo, mas do tempo do meu amigo Roberto Leão, da CNTF, que é bem mais antigo que eu —, começou a olhar as letras, a imaginar coisas e a sonhar. Começou a sonhar com um mundo mais justo, mais igual, um mundo em que houvesse investimento nas pessoas. De repente, ele olhou para uma parede e viu um cartaz amarelo em que estava escrito: “*Neste país é proibido sonhar.*” Ele olhou o cartaz, olhou para sua sopa de letras, continuou dando mais umas colheradas, olhou novamente para o cartaz, levantou-se, arrancou e rasgou o cartaz e disse: “*Não há nada neste país que me impeça de sonhar e lutar pelos meus sonhos.*”

Nós acreditamos que 10% é um sonho possível e viável. É necessária a construção desse sonho, e está sob a responsabilidade dos digníssimos Deputados e Deputadas essa tarefa muito importante para o Brasil no próximo período. Se queremos ser uma nação de fato, temos que investir na educação.

Esse é o recado que queríamos trazer aqui, representando essa campanha que houve no Brasil inteiro e que realizou várias atividades, entre elas um plebiscito com mais de 400 mil votantes.

Muito obrigado pelo espaço concedido. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só para uma questão de ordem com relação ao que foi colocado.

Na última reunião do Plano Nacional de Educação, no ano passado, aprovamos a convocação do Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Em seguida,



transformamos esse requerimento em convite e depois recebemos uma informação, na reunião anterior, de que viria aqui alguém do terceiro escalão.

Não concordamos com isso e repetimos o requerimento, juntamente com o Deputado Paulo Santiago, Deputado Dr. Ubiali e vários outros signatários. Já apresentamos, protocolamos esse requerimento reafirmando a convocação do Ministro.

Recebemos agora a informação de que Nelson Barbosa está disposto a vir aqui na terça-feira à tarde. Em princípio, já tínhamos concordado que a presença do Nelson Barbosa, que é o adjunto; seria suficiente para nós.

Consulto o Deputado Paulo Santiago, um dos signatários do requerimento de convocação, para resolvemos, porque a disposição do Ministro é para terça-feira, à tarde, dia 2.

Esse é um tema que interessa a todos aqui. Aproveito a presença da CSP-CONLUTAS para que possamos mobilizar, nessa audiência com o Ministro da Fazenda, a questão dos 10%, porque essa é a questão.

O Ministro conseguiu convencer parte do grupo de que 7,5% ou 8% são suficientes. Nós precisamos desse convencimento. Portanto, a presença do Ministro é fundamental exatamente para o que será discutido aqui hoje. Nós temos algumas questões, o próprio Presidente colocou aqui, de valores que aplicados daqui a 10 anos são inferiores aos atuais. Essa é a discussão aqui hoje. Mas, caso a Comissão, o grupo aceite a presença do adjunto, Nelson Barbosa, ele está disposto a vir terça-feira, às 14 horas. A Presidência poderia consultar aos Deputados se concordam com a presença do Nelson Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Deputado Izalci, informação que me foi passada pela assessoria da Comissão — eu estou aqui na condição de Presidente interino — foi a de que o convite foi feito ou ao Ministro, ou ao adjunto, Nelson Barbosa. Portanto, se ele está disposto a vir na próxima terça-feira, eu não vejo impedimento para que seja marcada a reunião. No entanto, quem terá condição de realmente conduzir esse entendimento é o Presidente da Comissão, Deputado Lelo Coimbra.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, uma pergunta. V.Exa. fez uma afirmação de que o convite foi feito de forma alternativa: ou um, ou outro?

O SR. DEPUTADO IZALCI - É, na anterior, foi feita assim. Na anterior. Mas nós assinamos agora... V.Exa. também assinou, semana passada, e foi protocolizado na Comissão um novo requerimento de convocação. Como o Deputado Lelo não está aqui, ele ligou exatamente fazendo essa indagação, e nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - A informação da assessoria é de que o Plenário da Comissão teria concordado com a substituição do Ministro pelo seu adjunto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Isso foi votado há pouco? Eu acho que essa não é uma discussão subalterna. Eu acho que o Ministro Mantega tem de estar presente nessa reunião, Sr. Presidente. Já houve essa votação, Deputado Paulo Rubem? O senhor votou isso? Tem que vir o Mantega, rapaz! Na votação de 10% do PIB ele não estar presente, mandar um subalterno...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Para esclarecer ao Deputado Paulo Rubem, a informação que me chega da assessoria é que houve um acordo na Comissão de que seria possível aceitar a presença do adjunto do Ministro no lugar dele, para dar os devidos esclarecimentos. Se não é esse o entendimento, nós poderemos, num momento posterior, submeter esse assunto à votação. Não é o caso desta reunião, porque esta, inclusive, não é uma reunião deliberativa da Comissão. Esta sequer é uma audiência pública. É uma reunião para discutir um assunto relativo ao financiamento que me parece ser o assunto mais sensível do novo PNE.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Como autor do requerimento, junto com o Deputado Izalci e o Deputado Dr. Ubiali, eu só queria registrar aqui que não participei de nenhum acordo para substituir a presença do Ministro da Fazenda pela do Secretário-Executivo Adjunto. Eu conheço o Dr. Nelson Barbosa, tive o prazer de coordenar, no dia 28 de novembro, uma mesa de debates, no Rio de Janeiro, da qual ele fez parte, com o Prof. Pochmann e a Dra. Tânia Bacelar, mas eu não conheço adjunto de Deputado. Nós somos membros de um



Poder. E quando nós discutimos aqui a emenda que gerou o Fundo para a Educação Básica, nós não só trouxemos aqui o então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, como, em seguida, tivemos duas reuniões no seu gabinete, no Ministério da Fazenda.

Nós estamos discutindo aqui um plano decenal, que gera uma expectativa que pode implicar em mais de 400 bilhões de investimentos em educação até a sua conclusão. Então, não há nenhuma razão regimental, formal ou informal, para que o Ministro da Fazenda não seja protagonista desse processo de discussão. A questão não é substituir A por B, se há ou não competência do Dr. Nelson Barbosa; nós o reconhecemos. Mas a questão é: a palavra final, as decisões finais são decisões do Ministro da Fazenda, da Ministra do Planejamento, da Presidente Dilma. Se dependesse da posição final do Ministro Palocci, não entrariam as creches no FUNDEB. Foi preciso que nós saíssemos da audiência com o Ministro Palocci e fizéssemos chegar ao Presidente Lula a nossa argumentação. E foi o Presidente Lula que decidiu pela inclusão das creches no FUNDEB.

Então, eu não vejo por quê. Se lá atrás, em 2006, nós tivemos maturidade, profundidade para discutir com o Ministério da Fazenda e, em seguida, chegar ao Presidente da República, quando discutirmos uma emenda constitucional, por que agora, na discussão de um plano decenal, que é muito mais amplo, porque vai envolver das creches ao ensino superior, nós não estamos aqui aceitando fazer uma discussão franca, inclusive dos indicadores macroeconômicos, com o Ministro da Fazenda?

Eu não me sinto contemplado, não me recordo de ter havido nenhum acordo aqui na Comissão Especial. Mas vamos entrar para o tema principal deste debate, que é o financiamento. Mas reitero aqui a nossa iniciativa de ouvirmos e dialogarmos com o Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Eu quero dizer ao Deputado Paulo Rubem que nós podemos procurar o Deputado Lelo Coimbra, Presidente da Comissão, para que ele faça essas gestões no sentido de que o Ministro esteja presente na Comissão, porque foi convidado para tal.

Fui informado aqui pelo Relator da Comissão de que não há mais nenhuma reunião ordinária marcada da Comissão Especial do PNE. Então, seria necessário



que tratássemos diretamente com o Presidente da Comissão, para ver qual a providência a ser tomada em relação a esse assunto.

Agora, eu gostaria de pedir permissão ao Plenário para que pudéssemos imediatamente entrar no tema que motivou esta reunião, que é o tema do financiamento, porque há aqui conferencistas que estão aqui exatamente para tratar desse tema.

Eu me sinto um pouco responsável pela convocação desta reunião porque fiz ponderações, junto ao Relator e ao Presidente da Comissão, de que, naqueles debates que realizamos aqui que tinham como referência o CAQ — ou seja, o custo mínimo, básico, que uma escola deveria ter para atender a padrões mínimos de qualidade —, aquele valor apresentava uma contradição, porque ele era menor do que o atual valor do investimento direto por aluno/ano que está no *site* do INEP.

Então, se estamos querendo uma escola com padrão mínimo — não é a escola que temos hoje, é uma escola do futuro —, e os recursos que nós pedimos para viabilizar essa escola são menores do que o financiamento atual, no mínimo, há uma contradição, que eu não sei se é de metodologia, ou que tipo de incompreensão há nesse processo.

Eu faço esta introdução solicitando aos conferencistas que esclareçam o assunto, porque há uma visível contradição entre a escola que se quer e o financiamento correspondente a isso e a escola que temos hoje.

Portanto, eu vou passar inicialmente a palavra ao Dr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O SR. DANIEL CARA - Boa tarde a todas e a todos.

Em primeiro lugar, em nome da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, eu agradeço à Comissão Especial o convite feito. Agradeço ao Deputado Raul Henry a oportunidade que nos deu de esclarecer a metodologia do Custo Aluno-Qualidade.

A ideia inicial que nos foi passada é que não façamos uma apresentação, porque isso tornaria o debate monótono. Então, vou utilizar só alguns dados, porque é difícil falar de financiamento sem ter como base números. E os números, para lembrar de todos eles, e de todos os centavos, fica difícil.

Em primeiro lugar, antes de passar à apresentação, quero dizer que a campanha que foi entregue aos senhores, e todos têm esse material, fez uma nota



técnica — depois vou pedir para a Katerina passar as notas. Mas nós fizemos uma nota técnica, lançada em agosto de 2011, em que nós comparamos o custo do PNE calculado pelo MEC e simplesmente, através da mesma metodologia que o MEC utilizou, aplicamos o Custo Aluno-Qualidade. Com isso, deu mais de 10% do PIB.

O que acontece é que, em 2009, ano crítico para a educação brasileira e ano-base que o MEC utiliza para fazer a planilha de custos que todos os senhores devem conhecer, especialmente os Deputados... E as planilhas de custo... A Profa. Dorinha chegou ali, e eu quero até ressaltar a importância dela, porque foi quem produziu um requerimento de informação que fez com que o MEC enviasse a planilha de custos. Pela primeira vez na história do Brasil, um plano nacional — de qualquer área; no caso, da educação — não veio acompanhado de notas técnicas que explicassem o porquê de o MEC ter tomado algumas posições para justificar suas metas. E foi o requerimento da Profa. Dorinha que propiciou o debate.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, nesse esforço que nós fizemos, que está neste livretinho, a aplicação do CAQ dava os 10% do PIB, em 2009. Como é que funciona a metodologia do MEC e a metodologia que nós utilizamos, com base na do MEC, para podermos comparar? Porque eu só posso comparar, Prof. Izalci, um trabalho metodológico se eu utilizo a mesma metodologia e mudo alguns conceitos, adequando esses conceitos a um padrão de qualidade. Foi o que nós fizemos aqui. O MEC dá cerca de 7%, e a nossa deu 10,4% do PIB. Então, vou apresentar aqui alguns dados.

Antes de apresentar os números, quero reforçar que a missão do Custo Aluno-Qualidade Inicial é um padrão mínimo de qualidade. O Prof. Raul Henry está correto quando diz que o padrão mínimo fica abaixo dos números do SIOPE, exatamente porque ele é mínimo. O SIOPE trabalha com uma média nacional. A pesquisa que a UNDIME fez recentemente — e aqui há membros da UNDIME, a Profa. Célia, da Diretoria da UNDIME — mostra que alguns Municípios praticam mais do que o Custo Aluno-Qualidade e muito mais do que aquilo que é informado no SIOPE. Então, sendo uma média, toda média, no Brasil, é um problema crônico de acerto numérico, porque há a arrecadação de São Paulo, que é pujante, e a do Nordeste, que é muito baixa. É por isso que o CAQ fica abaixo dos números do



SIOPE. E o CAQ tem como missão o padrão mínimo de qualidade determinado pela legislação brasileira.

Quero até corrigir, já que alguns Deputados se pronunciaram dizendo que o CAQ da campanha é diferente do CAQ do CNE, e não é, é o mesmo cálculo, até porque o CNE — e quero parabenizar o Prof. Mozart, que, pela primeira vez na história do Conselho, incorporou um estudo da sociedade civil, normatizando esse estudo. Isso ficou a cargo do Prof. Mozart. Então, o nosso cálculo e o do CNE é o mesmo. Só para deixar isso claro.

Vamos aos números. Aqui são os princípios do CAQ na legislação brasileira. O CAQ está amparado na Constituição, na ideia do padrão mínimo de qualidade, e na LDB, também na ideia dos padrões mínimos de qualidade. Inclusive, a resolução que o Mozart propõe, e que ainda não foi homologada pelo Ministro, é a ideia de padrões mínimos de qualidade que aparece no inciso IX do art. 4º da LDB. É um instrumento que está conectado com a legislação brasileira.

O CAQ — e aí há um problema com o cálculo que foi apresentado pelo Relator Angelo Vanhoni — trabalha com o custo de cada insumo da educação básica. O Prof. Marcelino foi o principal responsável pelo cálculo em si. Fizemos um trabalho bastante minucioso de calcular cada insumo que precisa ter em uma escola, aquilo que não pode faltar para a relação de ensino/aprendizagem.

Só para citar um exemplo, a sala de leitura, biblioteca, de uma escola de ensino fundamental nos anos iniciais tem 4 mil títulos, não são 4 mil volumes. Estive em São Carlos, visitando o Município do Deputado Newton Lima, e fiquei impressionado que as bibliotecas lá seguem de certa forma esse padrão do CAQ. A biblioteca é um insumo fundamental para a relação de ensino/aprendizagem, mas nós calculamos tudo, laboratório de informática, laboratório de ciências. Portanto, o CAQ congrega todos os insumos necessários para garantir uma relação de ensino/aprendizagem em padrões mínimos de qualidade. Não é a escola dos nossos sonhos, não é a escola ideal.

Vamos aos números. Essa é a tabela do CAQ que utilizamos nessa nota técnica, que dá 10,4% do PIB. Os senhores vão observar que os números de 2009, por exemplo, da creche são de 6.450 reais e 70 centavos, mas 2009 foi um ano



péssimo, de baixo crescimento econômico; a próxima tabela mostra 2010, em que o custo da creche já é 7.473 reais e 29 centavos por aluno ao ano.

Para comparar com o FUNDEB, se o CAQ fosse o padrão de avaliação do custo aluno/ano do FUNDEB — vejam que interessante, Deputados — o CAQ, que é aquela coluninha vermelha, significaria a necessidade de complementação federal aos Estados, aos fundos estaduais do FUNDEB, para praticamente todos os Estados da Federação, menos o Espírito Santo e Roraima. Isso em 2009. Já em 2010, o CAQ significaria, se fosse a base do FUNDEB, a complementação para todos os Estados da Federação, inclusive São Paulo.

Isso significa que o FUNDEB, que é a base real e mais concreta do financiamento da educação para cada Estado, especialmente para os Municípios... Creio que a Célia, da UNDIME, concorda comigo sobre a importância do FUNDEB no financiamento da educação. O valor do CAQ comparado ao FUNDEB, que é inicialmente a nossa preocupação, é um valor que de fato estimula as políticas públicas de financiamento à educação.

Aqui quero trazer aos senhores a diferença entre o que fizemos e o que o MEC fez. O MEC trabalha, em 2009, com valores que estão em geral abaixo do CAQ, e essa é a principal diferença entre a nossa conta e a conta do MEC. O que significa que o Ministério da Educação não trabalhou, para calcular os 7% do PIB, com base em um padrão mínimo de qualidade, nenhum padrão mínimo, ele trabalhou com um padrão abaixo do padrão mínimo, e não dá para o PNE decenal fazer um cálculo de projeção em que o Brasil em 10 anos não alcance nem o padrão mínimo de qualidade como base de cálculo.

Esse elemento eu considero extremamente problemático e deve ser o ponto central da análise da Câmara dos Deputados.

Essa é a diferença geral. É importante lembrar que a nossa nota técnica foi... O IPEA, não sei se todos conhecem, mas em dezembro do ano passado, em uma parceria com a ANPED — está aqui a Presidenta da ANPED, Dalila Andrade —, fez uma análise de como financiar o PNE e utilizou como dois parâmetros a nota técnica do MEC e a nota técnica da campanha. Ele diz que as duas notas técnicas são viáveis no financiamento.



Havia um debate, Deputado Paulo Rubem, que era bastante extenso na Comissão de como financiar o PNE, e o IPEA, que é um instituto em que indubitavelmente todos nós acreditamos; acreditamos na sua competência, na sua seriedade, diz que é possível financiar o PNE em um padrão de 7%, 8%, 9%, 10%, até 11% e 12% do PIB. Acho que esse é um recado importante. Temos margem econômica, margem tributária com poucas alterações para gerar o financiamento de 10% do PIB.

Vamos comparar rapidamente o CAQ e a pesquisa da UNDIME da Região Nordeste.

A UNDIME fez uma pesquisa inédita, o Prof. Leon estava presente no dia do lançamento da pesquisa, em que analisa, por meio do orçamento real dos Municípios, que vai além do SIOPE... E acho que é importante os Deputados conhecerem esse problema. O SIOPE hoje é um sistema falho, precisa de muitas reformulações para poder ser base de políticas públicas. A UNDIME mostra que a diferença entre aquilo que o SIOPE aponta e aquilo que ela encontrou com uma amostragem concreta, científica, séria, é muito grande. E a diferença entre o CAQ, padrão mínimo de qualidade, e a pesquisa da UNDIME é bastante grande, o que significa que a Região Nordeste está muito distante de uma prática de financiamento em relação ao padrão mínimo de qualidade. Significa que o seu Estado, inclusive, Deputado, está abaixo daquilo que é o mínimo necessário para cumprir inclusive com o Piso Nacional Salarial Profissional, que é um dos indicadores que utilizamos no CAQ.

Todos os senhores conhecem a distribuição do orçamento de educação no Brasil. O ensino superior é responsável por 15%, a educação básica, 85%.

Esse é o ponto que acredito ser o fundamental no nosso debate, a participação da União em relação ao PIB no investimento em educação.

Por muito tempo, o Ministério da Educação, nos últimos anos, tem dito que o investimento em educação cresceu muito, e ele arroga a si essa conquista. A realidade é que a participação da União, em 1995, era próxima de 1% do PIB. Só em 2009 a União passa a quase praticar o mesmo que praticava em 1995.



Os Governos Fernando Henrique e Lula, na prática, significaram dois momentos de uma desresponsabilização da União, sendo que no final do Governo Lula começa a haver uma recuperação.

O ponto central do financiamento do PNE — e é importante que tenhamos clareza disso — é obrigatoriamente a maior participação da União. Se a União não se responsabilizar pelo financiamento da educação, é impossível que alcancemos o padrão mínimo e, depois, um padrão de qualidade. Acho que esse é o ponto central do debate.

Essa é a participação dos recursos disponíveis arrecadados. São dados da Presidência da República, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em que a União fica com 57% de tudo aquilo que é arrecadável e está disponível, contra 25% dos Estados e do Distrito Federal e 18% dos Municípios.

O próximo dado é bastante interessante. Recentemente até publiquei um artigo na *Folha de S.Paulo*, apontando esta contradição: enquanto a União é o ente federado que mais arrecada, é o que menos contribui com a educação. E aqui estou falando da educação no geral, porque o grave do financiamento da União é que ela financia mais o ensino superior, e isso está correto, mas financia muito pouco a educação básica. A cada 1 real investido em educação, a União coloca 20 centavos. Os Municípios, que são os entes federados que menos arrecadam, investem 39 centavos — então, 39% de cada 1 real investido em educação —, e os Estados ficam com 41%. Então, o esforço real do financiamento da educação se dá por Estados e Municípios.

O mesmo problema acontece na saúde. Os senhores participaram do debate da regulamentação da Emenda 29, portanto, conhecem bastante essa realidade.

Entramos agora no tema mais importante, porque uma coisa é o cálculo do Deputado Angelo Vanhoni. Já apresentei a ele as nossas discordâncias técnicas em relação ao cálculo que apresentou. Acredito que a base de cálculo que ele utiliza precisa ser reformulada, até porque ele trabalha com o CAQ e com fatores de ponderação do FUNDEB, e essa lógica não funciona. Mas o ponto importante é que no substitutivo do Deputado Angelo Vanhoni, ainda que no cálculo exista discordância, na apresentação do substitutivo, a ideia do CAQ está bem incorporada. Por quê? Primeiro, ele trabalha com a ideia da implementação do CAQ,



aprovado pelo Conselho Nacional de Educação e que necessita de homologação pelo MEC como padrão mínimo de qualidade, então tem que ser implementado em 2 anos, e trabalha com a ideia do CAQ sem o “i” — vocês percebem que tem o CAQi, que é o CAQ inicial —, de um CAQ geral, que é a ideia de que o Brasil tem que alcançar um investimento em educação, um esforço em educação próximo dos países mais desenvolvidos do mundo. Nesse sentido, o relatório do Deputado Angelo Vanhoni está correto na lógica de interpretação do CAQ — não nos cálculos, em relação aos quais nós temos diferenças.

Só que há coisas que faltam no texto substitutivo: a 20.5, a estratégia, fala da implementação do CAQ; 20.6, quem definirá o CAQ, que é o MEC, com o acompanhamento do Conselho, do Fórum e das Comissões de Educação da Câmara e do Senado; e a 20.7, implementação do CAQ padrão inicial em 2 anos.

O que falta no substitutivo do Deputado Angelo Vanhoni? O prazo de implementação do CAQ sem o “i”, que é o CAQ geral. A Deputada Dorinha e o Deputado Ivan Valente propõem um prazo de implementação — 3 anos, no caso da Dorinha; 1 ano, no caso do Deputado Ivan Valente —, e o segundo ponto, que é o mais importante, é o auxílio financeiro da União para os Estados e Municípios que não conseguem alcançar o CAQ inicial e posteriormente o CAQ geral.

Trago aqui uma base de dados para reflexão dos senhores e já para finalizar. Aqui está o padrão OCDE, através de um estudo do PROIFES, que é um sindicato dos trabalhadores do ensino superior público. O esforço que os países da OCDE fazem, pelo PIB *per capita*, para o investimento do custo aluno/ano é cerca de 25%, e o CAQ nosso está abaixo disso.

Então o Deputado Raul Henry está correto. O CAQi, com “i” não pode ser uma base para um cálculo de transitorialidade como o Deputado Angelo Vanhoni faz. Tem que ser o CAQi, com “i”, e depois um CAQ mais avançado, como o próprio substitutivo aponta.

A base desse estudo da OCDE poderia ser uma reflexão nossa sobre qual deve ser o custo/aluno, e relacionado ao PIB *per capita*, não com o “i”, mas o sem “i”, que é o CAQ geral. Não sei se todos entenderam essa ideia do “i” e do sem “i”.

A diferença entre o CAQ com “i” e o padrão OCDE. O CAQi com “i” é o vermelho, e o padrão OCDE é o azul. Só para creche o nosso CAQ é superior,



porque o esforço de creche no Brasil é importante, porque nós temos um atraso grande, e os insumos para uma creche são muito diferenciados.

Gostaria de dar aqui um recado final, e acho que é o recado mais importante: eu e o Luiz Araújo, que fizemos essa nota técnica da campanha, o Marcelino e o Nelson, nós três fizemos cálculos de quanto custa o PNE. Nenhum cálculo sério, cuidadoso, de quanto custa o PNE alcança um patamar inferior a 10% do PIB, e é 10% do PIB de investimento público na escola pública. Esse é o cálculo que qualquer estudo cuidadoso gera como resultado. Caso o patamar seja inferior a esse, na realidade, o que vamos ter aqui é uma decisão política, e é preciso que fique claro que seja assim.

Na época do FUNDEB, o Deputado Paulo Rubem Santiago tem razão, além de o Palocci receber os Deputados, ele recebeu a sociedade civil. Dialogamos com o Palocci para discutir o FUNDEB. A Deputada Fátima inclusive foi uma das interlocutoras dessa conversa com o ex-Deputado e ex-Ministro da Fazenda Palocci.

O ponto central é que a área econômica do Governo precisa ter clareza. Se não investirmos 10% do PIB, não conseguimos expandir a educação como o PNE exige que seja expandida, com padrão de qualidade. É esse o recado que tem que ficar claro aqui. Qualquer cálculo que façamos — pode ser o nosso cálculo da nota técnica, e é só uma provocação ao MEC de que a nota técnica deles tinha muitos furos, e mostramos isso nesse material; o cálculo do Marcelino, que é bastante preciso; o cálculo do Nelson, que trabalha com parâmetros internacionais —, todos eles vão dar cerca de 10% do PIB.

Então o recado que eu queria dar é este: um estudo cuidadoso, profundo e demográfico vai mostrar que 10% do PIB é necessário para investimento em educação, especialmente para a valorização da carreira docente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Antes de passar a palavra para o Prof. Nelson Cardoso Amaral, da Universidade Federal de Goiás, eu gostaria de fazer uma pequena provocação a respeito de um ponto que na exposição do Dr. Daniel Cara não ficou claro para mim: os insumos de um escola que tenha um padrão básico foram elencados na nota técnica, mas me parece que o cálculo do CAQ foi feito como percentual da renda *per capita* que é gasto na União na OCDE, e



não através da quantificação do custo de cada um daqueles insumos que foram elencados — pelo menos eu não vi na nota técnica isso. Ou seja, é uma conta feita de trás para a frente, e eu discuto apenas a questão da metodologia, porque eu concordo em gênero, número e grau com o que acabou de ser dito. A minha dúvida é apenas em relação à metodologia: se projetamos para a renda *per capita* do Brasil o mesmo percentual que é gasto na OCDE, e daí obtivemos um valor do CAQ, ou se cada insumo daquele teve o seu valor quantificado para que obtivéssemos o custo de uma escola que se pretende ter no País.

Com a palavra o Prof. Nelson Cardoso Amaral.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL - Eu queria agradecer a oportunidade de mais uma vez nesta Comissão Especial apresentar algumas análises sobre o que eu chamei nesta apresentação de expansão, qualidade e financiamento.

Pelo que eu estudei do CAQ — porque a origem do CAQ está com o Marcelino e com a campanha —, a chegada ao valor do CAQ — eu participei agora da elaboração do CAQ de tempo integral — é dando valores para cada um dos insumos: salário de professores, salário de técnicos, quantos professores, quantos técnicos. A conta é nesse sentido, e não na conta inversa em relação à OCDE. É claro que é feita a conta da OCDE para comparação no final, mas não a conta feita ao contrário.

Eu fiz uma análise aqui pensando nos aspectos que chamaram a atenção nas discussões na outra reunião da Comissão Especial de que participei e neste momento agora. Eu percebi que existe toda uma discussão sobre qualidade. Qual a qualidade que vamos colocar no contexto da expansão e desse novo PNE e qual a qualidade que queremos alcançar na educação brasileira?

Aqui na transparência, eu chamei de qualidades. Espero que possam apresentá-la, porque trabalhar com números sem a transparência é ruim. Existe a qualidade que o MEC colocou, que é essa que o Daniel expôs, que é exatamente pegar os dados do SIOPE. A pesquisa da UNDIME mostrou, pelos dados do SIOPE, que ele tem problemas sérios, então ele não é uma boa referência de qualidade. E o problema mais sério com relação a pegar os dados do SIOPE, mesmo se eles estivessem corretos, refletissem a realidade, é que pega a realidade de hoje, então pega a qualidade de hoje. Ou seja, se o sistema tem uma determinada qualidade,



seria a qualidade de hoje, não haveria então uma qualidade melhor para esse sistema ao longo do tempo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Quando pegamos os dados da UNDIME, que teve como amostragem mil Municípios, participaram 300 Municípios do Brasil todo, vemos toda a diversidade de valores, inclusive nas regiões brasileiras, como o Daniel já expressou. Só para termos uma ideia, a creche média no Brasil é 5.144 reais, segundo essa pesquisa; no Nordeste, é 1.876 reais; na Região Sudeste, 8.272 reais; e na Região Sul, 5.837 reais. Então eu pergunto: qual a qualidade que nós queremos para o próximo PNE?

Nós podemos escolher qualidades aí. A qualidade atual, que foi a escolha do MEC, que chega a 7%, ou podemos escolher a qualidade da pesquisa da UNDIME e considerar esses números da UNDIME como o resultado de uma determinada qualidade. Os resultados nacionais são aqueles números lá: para creche e educação infantil, 4 e 5 anos, e ensino fundamental. É claro que a UNDIME não tem média, é média nacional.

Na outra transparência vamos ter as médias por Região, para fazermos uma comparação.

Aquele cálculo 3 são números com os quais eu trabalhei na simulação que eu fiz. Foi uma pesquisa realizada pelo INEP em 2004/2005 e publicada em 2006, em que o INEP trabalhou com escolas de qualidade. A amostragem era, em princípio, de escolas de qualidade. Então, o INEP 3 significa exatamente o que queremos agora, definir escolas que tenham determinada qualidade.

E o último é o CAQi, com os valores atualizados para 2010.

Daqui a pouco vou comentar sobre outros países. Então, podemos fazer vários cálculos trabalhando com a planilha do MEC. Podemos trabalhar com o cálculo do MEC, com os números da UNDIME, com os números dessa pesquisa do INEP, com os números do CAQ, ou podemos fazer comparações internacionais para ver o que vai acontecer. Portanto, tem que haver realmente uma decisão de todos em relação ao parâmetro que vai definir essa qualidade, qual a qualidade que nós queremos, para fazermos as comparações.

É possível entendermos melhor esse problema da média nacional e a heterogeneidade que existe nas regiões brasileiras vendo o resultado da UNDIME.



O Norte não tem creche porque a amostragem foi pequena na Região Norte. Então, a estatística desconsiderou o valor da creche na Região Norte. Vemos que é 1.800 no Nordeste; 3 mil no Centro-Oeste; 8.272 no Sudeste e 5.837 no Sul. Na educação infantil, há também toda essa diversidade, assim como no ensino fundamental.

Eu coloquei em vermelho esses números do Sudeste, 8.272, do Sul, 4.461, e do Sudeste, 3.897. Essa seria outra maneira de montar qualidade. Eu quero construir a educação brasileira com a qualidade da creche do Sudeste, com a qualidade da educação infantil do Sul e com a qualidade do ensino fundamental do Sudeste. Eu posso montar também, assim, a minha análise de qualidade: ou a média nacional, ou os melhores valores que essa pesquisa verificou. Ou, então, eu posso pensar na qualidade trabalhando com dados internacionais.

Eu vou trabalhar agora com os dados da OCDE, os indicadores de 2011. Há diversos países ali: Bélgica, Chile, Dinamarca, Finlândia, França, Itália, Coreia, México, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Estados Unidos, e a média da OCDE. Esse é o valor da educação infantil — creche e 4 a 5 anos —, valores aplicados por estudante, em 2008, na OCDE, em dólares PPP, ou seja, paridade do poder de compra. Então, são comparáveis os valores. E esses valores são de aproximadamente 6 mil dólares, em média. Temos o exemplo do Chile, que está com um valor bem elevado, o segundo pontinho da esquerda para a direita, e do México, que está com valor baixo. Essa é, portanto, uma referência internacional da educação infantil — creche e 4 a 5 anos.

Ensinos fundamental e médio. A média da OCDE é de aproximadamente 8 mil dólares, um outro parâmetro de referência que poderíamos considerar. Novamente o México está lá embaixo. Nesse caso, também, o Chile está lá embaixo, só que em investimento de recursos públicos, escolas públicas.

A educação superior tem toda essa oscilação em diversos países. A média da OCDE é de um pouco mais de 10 mil. Esse é o único caso em que o Brasil não fica muito distante dessa média da OCDE.

É claro que há países com valores muito acima dessa média. A Suíça, a Suécia, a Noruega ficam muito acima desses valores da média da OCDE.

No cálculo que o MEC fez, ele considerou ainda a educação à distância, com o valor de 20% da educação presencial, em termos do custo do aluno da educação



à distância. Esse valor é muito baixo para um país que não tem experiência, já estabilizada e consolidada, em relação à educação à distância na educação superior. Não fazemos uma educação superior à distância com qualidade nessa situação de considerar 20% do valor da educação à distância.

Essa está muito miudinha, mas eu fiz questão de colocar. É também do trabalho da OCDE. Do lado esquerdo, é o resultado do PISA, a pontuação do PISA. Se queremos pensar na qualidade considerando o PISA... Toda vez que sai o resultado do PISA, vem toda essa discussão, comparando o Brasil com outros países e tudo o mais, na classificação do PISA. Essa tabela mostra exatamente a relação entre a pontuação do PISA e o dinheiro total que foi gasto em cada um dos países para a formação de 6 a 15 anos.

O Brasil está em último lugar nessa tabela, pontuação PISA em leitura. A pontuação foi 412. O primeiro é a Coreia, cuja pontuação foi 539. A Coreia gastou 61 mil dólares nesse período para formar o jovem que participou dessa prova, e o Brasil gastou 21 mil dólares. Os países lá do final, aqueles 3 ou 4 azuizinhos, bem miudinhos, são quais? A Rússia, com 20 mil dólares; o Chile, com 20 mil dólares; o México, com 22 mil dólares; e o Brasil, com 21 mil dólares. Deveria estar preocupado aqui Luxemburgo, que é exatamente aquele azul maior. Luxemburgo gastou 161 mil dólares, e não conseguiu uma boa classificação no PISA.

Por outro lado, vemos claramente nessa tabela uma relação direta entre os gastos educacionais e a classificação no PISA. Se o PISA é uma referência, nós temos que aumentar o quantitativo de valor para cada uma dessas etapas de estudos de 6 a 15 anos de idade.

Essa é uma simulação que eu fiz. Já apresentei uma parte desse trabalho na outra reunião, mas achei que seria interessante dar uma repisada no seguinte aspecto: a dinâmica populacional brasileira com a diminuição da necessidade de educação nas faixas de zero a 24 anos. A população vai diminuir muito até 2050. Até 2020, ainda não. Mas, entre 2020 e 2030, inicia-se um processo de estabilização da população brasileira, uma diminuição dos jovens e, é claro, um crescimento dos idosos. Mas vemos claramente 40% de queda na creche, 42% na educação infantil, 43% no ensino fundamental, na faixa etária correta, 35% no ensino médio, 31% na educação superior e 38% no total da população de zero a 24 anos.



Podemos também conseguir um trabalho do Ministério da Fazenda que faz projeção do crescimento do PIB. É claro que furos acontecem o tempo todo nessa projeção do crescimento do PIB. Agora mesmo estão previstos lá 5%, mas não cresceu 5%. De qualquer forma, é uma maneira de analisarmos, até 2050, o que poderia acontecer com o País, ou seja, vai diminuindo a população em idade escolar, o País cresce. Se o País aplicar 10% do PIB, fazendo essas duas composições, o que vai acontecer? Entre 2020 e 2030, ele começa a chegar a 6 mil dólares por pessoa em idade educacional, ou seja, começa a chegar perto dos países europeus, dos países da OCDE. Se a nossa opção for aplicar 8%, isso só vai começar a acontecer entre 2030 e 2040. Se aplicarmos 7% do PIB, isso só vai começar a acontecer de 2040 para 2050.

Então, esse é o dilema que nós enfrentamos. Há várias qualidades para escolhermos e, se queremos uma aproximação da qualidade com os países da OCDE, nós temos que fazer essa análise e a opção de quando queremos isso, se queremos mais rápido ou mais demorado.

E não podemos esquecer que essa dinâmica populacional, com bônus populacional, ocorre na história dos países uma vez. Nós corremos riscos com essa massa jovem de trabalhadores que constitui ainda a população brasileira. Para fazer o País crescer durante esse período todo e educar essa população, dar a ela estrutura de tecnologia e de conhecimento mais forte, mais sólida, para o País ser um País melhor lá no futuro, nós temos que tratar de atuar agora. Sempre dizemos: se não tivesse havido o veto, se 7% do PIB tivessem chegado agora, nós estaríamos já em outros patamares. Essa conta seria um pouco diferente agora. Nós estaríamos mais próximos desse futuro aí. É agora que a fazemos os 10%. Ou, então, essas coisas vão acontecer lá para 2040, 2050.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Quero agradecer ao Prof. Nelson Amaral a clareza da exposição e passar a palavra ao Prof. José Marcelino de Rezende Pinto, professor da Universidade de São Paulo.

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO - Boa tarde a todos. Quero agradecer o convite à Mesa, e é um prazer encontrar o Deputado Angelo Vanhoni e alguns Deputados que estão sempre aqui no debate.



Eu vou tentar não trazer muitas tabelas, embora não resistamos, mas basicamente eu vou discutir um pouquinho a ideia do CAQ, porque as questões que o senhor trouxe são claramente relevantes.

E, aí, realmente, é separar o que é, de fato, texto na proposta do PNE, que, para mim, está claro, do que é a análise do impacto do PNE, porque aí, realmente, acho que são coisas diferentes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como foi feito o CAQ? A ideia do CAQ foi exatamente nessa linha. O que seria uma creche, não a creche dos nossos sonhos, mas aquela creche que teria aquele mínimo em que o professor iria trabalhar com o mínimo de satisfação, que ela teria aqueles insumos necessários, o lactário, teria... Quer dizer, essa foi a ideia. Como é que isso foi definido? Também não foram iluminados. A ideia foi o seguinte: chamamos profissionais, diretores, professores, pais... Então, quer dizer, a ideia foi uma metodologia participativa de definição, até porque o critério de qualidade varia com o tempo. Por isso, acho que está bom o texto na proposta do PNE, porque é isso. Ele sinaliza num primeiro momento, mas sinaliza que esse CAQi com "i", que o CNE aprovou, mas o Ministro não homologou, passados quase 2 anos, ele é para 2 anos. Essa é ideia. Por quê? O padrão de exigência vai subindo.

Como ele foi construído? Quais os insumos necessários? Definidos esses insumos, aí entrou mais o nosso trabalho mesmo, que foi "precificar". Foi isso o que nós fizemos. Quanto ao salário, é óbvio que é a grande discussão. Então, sobre o salário, houve a discussão com a CNTE. Quer dizer, o que seria esse piso, esse salário mínimo para o profissional da educação? Chegamos a um valor por aluno em reais. Então, é isso. Só mudamos para o percentual do PIB *per capita* no sentido de ter tanto um parâmetro de comparação internacional, quanto um mecanismo também que facilita a indexação. Nós temos condições de, a cada ano, refazer toda essa metodologia, porque envolveu oficinas do Brasil todo. Não sei se a ideia ficou clara.

Então, quando estamos falando do CAQ, não estamos falando do gasto médio, como o Daniel disse. E é aí que gera confusão. O CAQ é o mínimo! Então, o CAQ dialoga com quem? Ele não dialoga com o SIOPE. Ele dialoga com o valor mínimo do FUNDEB. E é com esse que temos que comparar para ver se colocar o



CAQ no PNE significa baixar o investimento ou não. E o CAQ representa quase o dobro do mínimo do FUNDEB.

Então, o que significa quando eu digo implementar o CAQ em 2 anos? Nós temos que colocar mais 1% do PIB no FUNDEB para garantir a matrícula atual. Não sei se ficou claro. Então, o CAQ é a grande diferença entre o salário mínimo e salário médio. O CAQ é aquele mínimo em que não importa onde o aluno estude, se na zona rural, na zona urbana, que vai garantir na escola dele aqueles insumos que estão listados. Essa é a ideia central, que é aquele valor, que é diferente do valor médio. Se a média for igual ao mínimo, aí, vamos fechar.

Essa é a ideia central do CAQ e, por isso, acho que a formulação dele está adequada, porque ele já é um princípio com fundamento legal. A Constituição já fala em garantir padrão de qualidade, a LDB também já sinaliza a ideia do padrão mínimo de qualidade. Agora, claro que padrão mínimo é diferente de padrão médio e é diferente de padrão desejável. Por isso a discordância, realmente, nos percentuais do PIB.

Então, o que eu vou apresentar agora, rapidamente, será, a meu ver, o ponto que gerou muita confusão: a metodologia que o MEC adotou.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO - Isso! Porque ali nós estamos falando de valor-aluno, não é percentual do PIB. Trata-se do valor mínimo que eu gasto por aluno. É isso que o FUNDEB define. Se eu entro no FUNDEB, existe o valor mínimo nacional por aluno, que é viabilizado pelo complemento da União. Quer dizer, na hora em que eu estabeleço o CAQ como mínimo nacional, significa o quê? Que esse valor do FUNDEB está fora. Eu preciso elevá-lo.

O que eu acho interessante na ideia do CAQ é que ele viabiliza, a curto prazo, uma mudança de padrão no financiamento da educação brasileira. Em última análise, nenhum Estado vai ter recursos inferiores a São Paulo, como mostrou a planilha do Daniel. Então, ele já teria um impacto de equalização muito grande. Mas São Paulo não é o padrão de qualidade que nós queremos. Aí acho que entra o segundo elemento da sua argumentação, que é o que eu vou agora mostrar.

No meu entendimento, como se calcula uma planilha? Eu acho que foi aí que o MEC errou, porque o próprio MEC já tem estudos que apontam, há 10 anos, para



8% do PIB. Então, a planilha que eu vou apresentar aqui trabalha com dois postulados que, a meu ver, são os postulados adequados.

O cálculo do MEC é o seguinte: “Ah, eu preciso aumentar o salário. Eu tenho um salário médio X, vou para um salário médio Y. Então, qual vai ser o custo desse aumento de salário?” Não é assim que eu tenho que pensar. (Riso.) Por quê? Porque vou ter mais professores! Então, não é só aumentar o salário. O cálculo foi feito em cima da massa salarial atual. Só que temos o desafio gigantesco de ampliação da matrícula. Como, de fato, vamos viabilizar o melhor salário? Ampliando o gasto por aluno. É a única forma. Gasto com educação é o quê? É salário. Qualquer administrador — Governador, Secretário de Educação — sabe que é isso. De 80% a 85% do gasto educacional é salário. Então, se queremos garantir um salário melhor, temos que pensar num gasto-aluno melhor.

Como é a planilha que nós pensamos, trabalhando com dois elementos, que são os elementos de qualquer plano educacional? De um lado, eu tenho desafios gigantescos do ponto de vista do quê? Da quantidade, não é isso? E onde estão os grandes gargalos da quantidade? Creche de zero a 3 anos. Nós estamos com matrículas em torno de 2 milhões e temos que chegar a algo superior a 5 milhões. Só para dar uma dimensão do que significa esse desafio. E isso vai estourar em cima de quem? Dos Municípios, que, dos entes federados, são aqueles que possuem menos recursos.

O desafio do fluxo não é tão grande. A faixa de 4 a 17 anos não é um grande desafio do ponto de vista da quantidade, mas é um desafio gigantesco do ponto de vista da qualidade.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO - Na pré-escola estamos com 85% de cobertura na faixa de 4 e 5 anos. Mas tudo isso vira milhões de alunos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO - É. Tudo é para cima da casa do milhão.

Aí entra o grande desafio, que são os anos de subinvestimento. Nós vamos pegar os analfabetos, que são 14 milhões, os analfabetos funcionais, que são 28 milhões, e a questão dos 12 anos de estudo, no que nós vamos ter mais 14 milhões.



Isso significa o que, no meu entendimento, no plano? Um plano desse tem que ter um olhar especial para a Educação de Jovens e Adultos, que, historicamente, no Brasil, é uma educação de segundo nível.

É óbvio que não vamos ficar com todos esses milhões que eu comentei por 10 anos, mas obviamente não posso tratar disso a custo praticamente zero, que é o que ocorre quando olhamos, por exemplo, a estimativa do MEC. Alfabetizar uma pessoa não leva 6 meses, mas também não adianta termos um programa emergencial de alfabetização se não garantirmos para esse adulto depois o ingresso no sistema escolar. O pessoal mais antigo sabe da experiência do MOBRAL: alfabetizado hoje, “analfabetizado” amanhã. Por quê? Porque não havia continuidade.

E o outro grande desafio é o desafio da educação superior. O Brasil tem em torno 5 milhões de alunos no ensino superior. Houve uma expansão gigantesca. E essa expansão se deu basicamente via setor privado. Então, quando olhamos o setor no Brasil, hoje, vemos que nós temos um dos sistemas de educação superior mais privatizados do mundo, com 75% das matrículas, e que já atingiu o seu limite. As vagas não preenchidas no setor privado da educação superior no Brasil já chegam a quase 5 milhões — vagas não preenchidas! E a nossa taxa de atendimento é em torno de 20% da população de 18 a 24 anos, que é uma das menores da América Latina. Esse é o paradoxo. Quer dizer, o País tem uma taxa de cobertura de educação superior muito baixa e há 5 milhões de vagas não ocupadas no setor privado, exatamente porque a lógica do crescimento foi a lógica do crescimento via privatização.

A saída do MEC do crescimento público via Educação a Distância eu acho um equívoco. Qualquer pessoa que já teve experiência com formação inicial... E não é ser contra a EAD, não é ser contra a Educação a Distância, não é ser contra a tecnologia da informação. Não é isso. Muitas vezes, é como se dissessem: “Não, vocês são do passado”. Não é isso. As tecnologias são fundamentais. Agora, a formação inicial... E quem está sendo formado em EAD? Professor. Professor pode. Ou seja, reproduzimos a lógica, porque, se formamos professor na EAD, qual é o risco? O risco é que vamos ter professores malformados, e aí vamos daqui a 10 anos discutir mais um Plano Nacional de Educação. Eu já sou meio velhinho e já



estou no debate do segundo. (*Riso.*) Eu brinquei dizendo que o outro debate, espero, seja mais leve. Se os 7% do anterior tivessem sido cumpridos, acho que hoje nós estaríamos talvez sem esses milhões que eu listei.

Então, gente, já vou caminhar para o final. O que eu procurei fazer? A planilha, a meu ver, está da maneira que ela tem que ser feita. Não é que eu saiba mais ou menos.

Vamos direto para a penúltima, até para poupá-los.

Essa do salário sempre devemos mostrar. Aqui, são salários de 2006. Temos isso mais recente. Primeiro, quanto menor a criança, menor o salário. Não é isso? O professor da educação infantil ganha menos do que o professor de anos iniciais, que ganha menos do que o professor da 5^a à 8^a séries, que ganha menos do que o professor do nível médio, que ganha menos do que o policial civil e por aí vai. Enquanto essa realidade se mantiver, o professor que vai vir dar aula vai vir da EAD, porque é ele que vai aceitar esse salário mais baixo. Eu formo professores na USP, na licenciatura em Biologia, por exemplo, que é um curso bastante concorrido. E há uma resistência, porque os alunos não querem ser professores. E, na hora em que eu mostro essa tabela para eles — e eu sou obrigado a mostrar, porque eu não posso mentir —, eu reforço a convicção deles de que não quererem ser professores.

Então, qual o esforço que foi feito? E essa discussão acho que tecnicamente é muito simples. O que nós trabalhamos nesse modelo? Nós trabalhamos com dois elementos. Um é o elemento de metas quantitativas. Se eu pego a proposta, eu tenho ampliação de creche integral, eu tenho ampliação de ensino profissional. Para cada meta dessa, o que nós atribuímos? Um valor por aluno. Está claro ou não? Um valor por aluno, referenciado numa melhora também.

Voltando àquilo que V.Exa. colocou, Deputado, no começo, eu não posso ter em 2016 um valor médio igual ao de hoje. Então, o que nós vamos fazer? Fixar em PIB *per capita*, mas cada PIB *per capita* desse tem um correspondente em real. É só para facilitar a conta.

Então, com o que trabalhamos? Por exemplo: anos iniciais, tempo parcial, a ideia é chegar a 16% do PIB *per capita*, para chegar a 20% do PIB *per capita* em 2020, ou seja, padrão de PIB *per capita* dos países desenvolvidos — para não ter de esperar até 2040 ou 2050, não é, Nelson? Ficou clara a planilha?



Para cada meta nós vamos ter expansão quantitativa e expansão no gasto por aluno. Essa foi a meta. E, baseados nela, podemos conversar com representantes do MEC e discutir se os valores são ou não reais. Não se fica fazendo o cálculo de quanto gastar para aumentar o salário. Para mim, ela limpa o debate. E aí cobro o MEC, porque ele teria todas as condições de municiar a Comissão com planilhas mais visíveis e discutíveis, inclusive.

Fizemos então as contas — é a última que vou apresentar.

Para cada linha eu vou ter um custo em proporção do PIB. Creche parcial, em 2006, nesse modelo, eu teria uma demanda de 0,10% do PIB; creche em tempo integral, 0,22%. Considerei o fluxo da população, a dinâmica populacional e uma expectativa de crescimento do PIB, senão os valores seriam mais elevados. Supomos então que o PIB vai crescer nesse período. Somando cada item desse, teríamos uma demanda de 7,2% do PIB, em 2016, e de 10,07% do PIB, em 2020.

O desenho dessa planilha, do qual podemos discordar, tenta ser o mais didático possível. A expectativa de tempo integral está correta? Porque eu acho que o grande problema que às vezes deixa o debate confuso é fato de o MEC não ter municiado a Comissão com uma planilha realmente didática, então confunde-se gasto médio com gasto mínimo. São dois conceitos completamente distintos.

O dado positivo, já citado pelo Daniel, foram os estudos do IPEA, no final do ano passado. O instituto divulgou um estudo bastante interessante, demonstrando que dá para viabilizar. Considerando o contexto tributário brasileiro, considerando a economia do País, cabem os 10% do PIB. Essa é a boa notícia que temos.

Era isso o que eu queria dizer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Passo a palavra ao último palestrante da tarde, o Prof. Mozart Neves Ramos, conselheiro do Movimento Todos pela Educação.

O SR. MOZART NEVES RAMOS - Boa tarde a todos.

Meus cumprimentos à Presidência da Mesa, ao Deputado Angelo Vanhoni, aos nobres Parlamentares, aos representantes de instituições, aos demais colegas.



Depois da fala dos três oradores que me antecederam, sobrou pouca coisa a dizer a respeito do trabalho. Mas vale a pena resgatar pelo menos três pontos que, no meu entendimento, são importantes.

Depois de analisarmos os dados apresentados pelo INEP, em 2010 — e o Deputado Raul Henry, mesmo antes desta reunião, abordou-me para dizer que o que estávamos pedindo estava abaixo do que já pratica hoje o MEC —, gostaria de fazer uma primeira recomendação a esta Casa: solicitar ao Executivo como o cálculo foi realizado. Se se considerar R\$3.580,00 o custo-aluno-ano na educação básica, façam um cálculo simples: se temos em torno de 43 milhões de alunos na educação básica, isso significa que já estamos próximos dos 5% do PIB, apenas na educação básica. Se considerarmos o ensino superior, mais a educação profissional e tecnológica, já estaremos perto dos 6%. Então, alcançamos quase os 7% pensados para 2010. Portanto, Deputado Raul Henry, seria importante perguntar ao INEP como foi feito esse cálculo.

Outro aspecto. Sou da área de exatas e gosto muito de números. De 2000 até 2010 — e venho acompanhando a situação detalhadamente —, nunca vi um crescimento de 21% no custo-aluno-ano como aconteceu de 2009 para 2010. É preciso ter clareza para compreender os cálculos, ver a maneira como foram feitos os cálculos anterior e seguinte. Eles têm que ser harmoniosos, do ponto de vista da coerência do cálculo. O custo-aluno-ano da educação básica em 2009 chegou a R\$2.948,00. Ora, se em 2010 chegamos a R\$3.580,00, o crescimento foi de mais de 20%. E isso não aconteceu em momento algum nos últimos 10 anos da primeira década deste século. Há algo estranho. Cabe, portanto, a esta Casa, até por ser o Poder Legislativo, solicitar ao MEC como foi feito esse cálculo. Essa é a primeira observação que quero reforçar, até para que discutamos a mesma coisa. Do contrário, vamos comparar números díspares do ponto de vista da forma de cálculo.

Segundo aspecto que gostaria de levantar.

Participo de tantas Mesas sobre o CAQ com Daniel e Marcelino que os nossos *slides* já se confundem.

(Segue-se exibição de imagens.)

Citamos muito aqui o caso da Finlândia, país muito menor que o Brasil, mas que está no topo da educação básica. Uma criança que estuda na Lapônia, a terra



do Papai Noel, e outra que estuda em Helsinque têm as mesmas oportunidades de aprendizagem. No Brasil, não. Aqui temos um sério problema a ser resolvido: a falta de equidade.

Por exemplo, esse gráfico mostra a evolução — esse é o Censo Escolar de 2008 para 2009 — de creche, parque infantil, quadra de esporte. Vemos que estamos muito distantes da tão sonhada equidade de oportunidades.

A mesma Finlândia, quando resolveu fazer da educação a sua grande revolução, na prática, para tirar a dívida histórica, considerou 8% do PIB. Porque há dois aspectos que precisam ser contemplados num investimento: primeiro, manter algo que atingiu patamar desejável de qualidade; segundo, verificar se as escolas têm os insumos necessários para o seu funcionamento.

Vejo aqui a Deputada Professora Dorinha, que foi Secretária em Tocantins e Presidente do CONSED, e o próprio Deputado Raul, que foi Secretário em Pernambuco, e todos sabemos que não existe equidade no sistema.

Em primeiro lugar, precisamos levar o sistema a um patamar desejável de equidade e, chegando a ele, procurar fazer a manutenção também dentro do desejável para um investimento público de qualidade na educação.

Além disso, há um grave problema: o acesso. São 3 milhões e 800 mil crianças e jovens de 4 a 17 anos fora da escola. De acordo com o IPEA, seriam necessários R\$9,75 bilhões para fazer essa universalização, o que está previsto até 2017, em função da Emenda Constitucional nº 59.

Vem então o grande e talvez o maior de todos os desafios: a aprendizagem. Quando falamos no CAQ, falamos em qualidade social da educação. O que é a qualidade social da educação? Termos acesso e permanência, assegurarmos que nossas crianças e jovens entrem na escola, continuem lá, concluam os estudos e aprendam. Isso é o que esperamos de uma escola em nosso País.

Mas, por exemplo, observamos que além daqueles que já ficaram pelo meio do caminho, um percentual importante, somente 11% dos que chegaram ao fim dos estudos aprenderam o que se esperava em Matemática. E isso é determinante para algo estratégico para o País, que é a questão das engenharias, das ciências exatas, associadas, naturalmente, às ciências humanas, em termos de completude da formação macro do nosso País.



Essa é uma área hoje em que todo o mundo... O próprio Ministro Mercadante disse aqui que uma creche no Brasil leva 2 anos para ser construída, e uma das razões é a ausência de engenheiros, de pessoas qualificadas para fazer esse trabalho de construção de escolas no Brasil e diversas outras obras.

Quando nos detemos a essa questão da aprendizagem na escola pública, o mais crítico e grave, e que foi alvo do meu último artigo no jornal *Correio Braziliense*, há 10 dias, é que, em vários locais, de cada 100 alunos que terminam Matemática, só 1 aprendeu o que seria esperado dessa matéria.

Esse é um desafio que exige investimento para que tenhamos profissionais, professores valorizados, carreira, piso, insumos e formação inicial e continuada desejáveis.

No Rio Grande do Norte, seu Estado, Deputado, de cada 100 alunos que terminam o ensino médio, somente 1,6%, portanto, dois alunos, aprenderam o que seria esperado em Matemática na rede pública. São dados do Prova Brasil. Não foi inventado em canto nenhum. É com base no que foi calculado o IDEB. Isso é preocupante, quando pensamos na questão de Custo-Aluno Qualidade.

Quero me deter agora em um ponto que acho é a pergunta central do Deputado Raul Henry.

Tive o cuidado de comparar o custo-aluno apresentado pelo substitutivo e o do próprio CAQ, com base, naturalmente, no PIB *per capita* de 2010, que foi da ordem de R\$19.267,00. Em nenhuma das etapas, observamos um valor inferior ao próprio CAQ. Claro que a maior diferença está exatamente nas creches, para as quais prevemos um valor de R\$7.500,00 por aluno-ano, enquanto que a do substitutivo está em torno de R\$3.600,00, ou seja, a diferença é de quase o dobro. Mas, nas demais etapas — na pré-escola, no ensino fundamental e no ensino médio —, sempre observamos, mesmo no CAQ, um valor maior. Naturalmente, quando pegamos os R\$3.580,00 do MEC, calculado pelo SIOPE, aí o CAQ está abaixo. A recomendação que fiz anteriormente seria importante para que pudéssemos ter congruência nas comparações. Acho isso absolutamente importante nesse etapa do financiamento.



Quero chamar a atenção para esses dois últimos *slides*. O Brasil colocou como meta o IDEB de 6 em 2022. Esse IDEB foi calculado e previsto com aquele valor praticado em 2005 pela Comunidade Europeia.

Os dados que peguei do relatório da OCDE podem diferir um pouco quanto à fonte e à tabela dos que foram apresentados pelo Daniel, mas sempre giram em torno de U\$5.500,00 aluno-ano nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio, é bem verdade. Portanto, algo um pouco menor. Se levássemos em conta o ensino fundamental, séries iniciais, seria algo em torno de U\$5 mil. Mesmo colocando U\$5 mil, aplicando algo em torno de 1,8%, teríamos hoje, praticado por aluno-ano, na Comunidade Europeia, R\$9 mil. O que viemos praticando era o número que eu tinha, de R\$3 mil, mas mesmo que sejam os R\$3.580,00, de 2010, é uma diferença enorme.

Muitos aqui, como os Parlamentares, os Secretários ou mesmo os educadores, já visitaram as escolas da Comunidade Europeia e sabem que há praticamente uma equidade. Por exemplo, em Berlim ou em Nuremberg, na Alemanha, veremos as escolas com as mesmas condições, com uma boa biblioteca, quadra poliesportiva, ou seja, uma escola esperada por qualquer cidadão, por qualquer criança, por qualquer jovem. Mas aqui no Brasil, se se fizer um sorteio, pode-se encontrar coisas alarmantes.

Quando Secretário, em Pernambuco, eu fiquei muitas vezes chocado — eu tinha saído da reitoria, quando o Nelson teve a oportunidade... Reitores de Goiás ou da Federal de Pernambuco —, eu tomei um choque, porque eu não imaginava escolas com tantas disparidades do ponto de vista da infraestrutura. Então, esse é um ponto que difere da Comunidade Europeia.

Outro ponto: as escolas da Comunidade Europeia trabalham praticamente em tempo integral. Já vivi um tempo na Itália e outro na França, sempre com minhas filhas. Lá, elas entravam às 7h30, e eu as buscava às 16h30. Aqui no Brasil a larga maioria das escolas funciona em meio turno, com 4 horas de aula.

Estamos falando de dois mundos. Queremos ser iguais à Comunidade Europeia, com muito menos que a Comunidade Europeia, com uma dívida histórica imensa na educação, e queremos chegar a 2021 ou 2022 nas mesmas condições da Comunidade Europeia de 2005.



Eu acho que esse debate não é sobre dinheiro. Deveríamos primeiro saber qual é o País que nós queremos e a educação de que precisamos. Isso é que, de certa forma, deveria nortear fundamentalmente o debate.

O CAQ, como já foi muito bem aqui explanado, foi um esforço para exatamente buscar essa equidade, num primeiro momento, organizar, inclusive, o que preveem a própria LDB e a Constituição. Dar ordem à casa, do ponto de vista da infraestrutura mínima esperada, porque nós estávamos tão longe — e continuamos, porque, lamentavelmente, o MEC ainda não homologou... Vai completar 3 anos. Temos de cortar um bolo, para ver se conseguimos de alguma maneira que pelo menos retorne para o Conselho Nacional de Educação, dizendo: *“Eu não concordo”*. E é direito do Ministério. Eu disse antes ao Ministro Haddad e disse agora ao Ministro Mercadante. Eu também, quando fui Secretário de Educação, eventualmente não tinha de concordar com tudo que vinha do Conselho Estadual de Educação. Mas eu dizia por que eu não concordava. Eu não podia era ficar 3 anos com um processo tão importante, tão debatido na CONAE e em várias outras audiências, sem dar uma resposta. Eu acho que o mínimo que o Conselho Nacional de Educação deveria esperar de um Ministério era receber um “não”, mas com o porquê do “não”? Agora, 3 anos sem saber o porquê é estranho.

Por fim, eu acho o PNE muito vago e, no meu entendimento, temos um grave problema ainda de dispersão. O Brasil precisa mesmo de dinheiro. Acabamos de mostrar o quanto estamos investindo. Mesmo os R\$3.580,00 estão muito... Queremos ser uma Comunidade Europeia, mas investimos três vezes menos do que ela.

Por outro lado, eu acho que o Plano Nacional de Educação precisa ser tratado para que o dinheiro chegue à escola. Eu acho que há um desperdício grande ainda. Eu comentei na reunião da UNDIME, comentei em audiência pública no Senado, onde tive a oportunidade de estar com o Marcelinho também, e os estudos mostram isso. Eu acho que, para trazer a sociedade para a luta pela prioridade da educação, precisamos também olhar um pouco com cuidado e zelo pelo dinheiro público vinculado à educação.

Eu acho que esse é um ponto que, de alguma maneira, tangencia o tema, mas não é abordado com profundidade no Plano Nacional. E isso entra em



contradição — e é o último exemplo, porque quero reforçar esse aspecto — com o que diz a própria Controladoria-Geral da União.

Todos nós gestores, de alguma maneira, somos avaliados pela CGU, pelos órgãos de controle. E os órgãos de controle, hoje, não estão olhando somente se gastou corretamente o dinheiro público. Esse o ponto. Está mudando a configuração. E um Plano Nacional de Educação, no meu entendimento, deveria ter também esse embrião, apontando para gestores da educação que cuidam do dinheiro público com o maior zelo possível. Claro! Do mesmo jeito que eu tenho zelo pelo meu dinheiro, eu devo ter mais ainda pelo dinheiro dos outros, pelo dinheiro público.

Agora e cada vez mais, basta perguntar aos Secretários atuais, três fatores são levados em conta pela CGU: a eficiência, a eficácia e a efetividade.

Isso, no meu modo de entender, o plano tem que sinalizar, até para proteger o gestor. Nós passamos, como eu passei, como Secretário, mas os problemas ficam, se não tivermos cuidado com o futuro. Vamos lutar por mais dinheiro. Isso é fundamental. Mas precisamos também preparar os gestores para esse novo momento.

Essa é a contribuição que eu gostaria de trazer para este debate.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Eu gostaria, em nome da Comissão, de agradecer aos quatro expositores a clareza, a objetividade.

As inscrições para quem quiser fazer intervenção estão abertas, começando pelo Deputado...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Perdão, é a inexperiência na função de Presidente.

Com a palavra o Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu saio um pouco em desvantagem, não apenas numericamente, porque são quatro palestrantes, mas também pela qualidade do debate e pela formulação apresentada tanto pelo Mozart, quanto pelo Daniel, pelo Marcelino e pelo Nelson, que trazem luz para nós sobre os problemas da educação no nosso País.



Eu não sou nenhum especialista na área de educação, não sou economista, então não posso debater em igualdade de condições. Mas eu vou rapidamente esclarecer algumas questões que são objeto desta reunião de hoje.

Primeiro, uma provocação, no bom sentido, para o debate, porque diz respeito à interpretação do financiamento da educação que o Deputado Raul Henry já nos trouxe, junto com outros Deputados, no final do ano passado.

Quando apresentamos o substitutivo ao Plano Nacional de Educação, colocamos no final, na Meta 20, que a referência ao percentual do PIB a ser investida em educação, que deveria constar no plano e na lei, porque nós mudamos a Constituição do nosso País, o que é muito bom... O Governo mandou uma proposta de 7%, afirmado que o gasto hoje é em torno de 5,1% de investimento direto na educação. Esses são os dados oficiais que o Governo publicou junto à sua planilha de custo, numa nota técnica para ajudar a compreensão de onde mais ou menos seriam aplicados esses 7%. Então, o Governo mandou um quantitativo do ensino fundamental, do ensino médio, das carências de inclusão e do ensino superior, pós-graduação e doutorado no Brasil, dimensionando qual é o custo hoje praticado, através de parâmetros que o Governo utiliza, amplamente divulgados no Brasil inteiro, para todos os Secretários de Estado do País e todas as instituições. O Conselho Nacional trabalha com esses valores, o Marcelino trabalha com esses valores, os Prefeitos trabalham com esses valores. São 15 mil reais por aluno do ensino superior. Isso é o que é pago na Educação de Jovens e Adultos pelo MEC e pelos Estados. É o valor que é pago, através do FUNDEB, para a creche. É o que é pago, através do FUNDEB, para o ensino integral, e assim por diante.

Então, o Governo mandou uma planilha de custos de quanto está sendo praticado hoje no Brasil, através desses dados oficiais. E projetou o que seria feito para ser gasto nos próximos 10 anos com os 7%. O que o Governo estaria acrescentando com esses 2% a mais na proposta do Plano Nacional enviado ao Parlamento?

Aí o Governo estipulou: para creches, nós temos uma grande defasagem. Nós só temos 1 milhão e 800 mil crianças, perto de 2 milhões de crianças atendidas, sendo que, dos atendimentos de crianças, 70% são públicos. Nós queremos chegar a 2020 com um número X de creches. Queremos sair de 2 milhões e ir para 6



milhões ou 5 milhões e 800 mil crianças atendidas — o número exato podemos ver no plano. E nós estamos pagando para as creches hoje R\$2.252,00. O Governo simplesmente jogou esses R\$2.252,00, multiplicou pelo número faltante de crianças a serem atendidas e fez uma conta de 7% no final. E assim foi para o restante, para o ensino fundamental, para a pré-escola.

O Plano tem algumas falhas. Por exemplo, não dimensiona custos na Educação de Jovens e Adultos, na correção de fluxo, na permanência, na conclusão, na Educação de Jovens e Adultos analfabetos funcionais, na educação especial, na educação integral. E aplica na conta da educação integral, que é uma conta grande que o Governo propõe, sair de 1 milhão e 100 mil crianças hoje e passar para 11 milhões.

Com a formulação de 50% das escolas do ensino básico brasileiro, nós melhoramos esse conceito trabalhando o conceito de aluno, e não de escola. Então, nós modificamos: no lugar de 50% de escolas do ensino básico para 25% das crianças nessa idade escolar. São 11 milhões de crianças. Então, significaria um desafio enorme. É um desafio enorme: 1 milhão de crianças a mais por ano no ensino integral do nosso País.

Por que isso? Nós fizemos uma mudança. Nós não trabalhamos com o conceito... Não que o conceito do Mais Educação não deva ser praticado, mas nós devemos aprofundar aquilo com que as Prefeituras, por dinâmica própria, estão trabalhando no Brasil: a meta de dobrar a jornada de atendimento à educação infantil. E, repito, por iniciativa própria, do ponto de vista financeiro. Além do custo arcado pelas Prefeituras, elas estão trazendo recursos a mais, garantindo que a escola seja integral no ensino fundamental e no ensino infantil. Isso implica dobrar jornada do professor. Isso implica pagar um salário a mais para o professor. Então, não dá para ser com o custo de R\$369,00 com que o Mais Educação trabalha para o ensino integral.

Por isso, corretamente, eu acho que a nossa equipe técnica, as emendas e a orientação que nós tivemos, do ponto de vista pedagógico e do ponto de vista financeiro, deve manter a meta de 11 milhões de crianças no ensino integral, 1 milhão por ano a mais, em 10 anos, mas aplicando o recurso e pagando aquilo que se pratica no ensino fundamental, isto é, dobrando os recursos. Então, nós saímos



de R\$369,00 e pulamos para R\$2.500,00 praticados lá no ensino... Um pouco menos, porque, quando se dobra a jornada, tem-se um custo menor na administração dos recursos, mas é praticamente o dobro.

Portanto, eu acho que aí há um ganho enorme do ponto de vista do substitutivo que nós apresentamos. É um ganho enorme do ponto de vista do financiamento e que terá uma repercussão enorme na qualidade. Pelo menos é isso que todo pedagogo, que toda teoria científica da educação nos mostra. Aquilo que está previsto na LDB é o mínimo. Se nós estamos falando de mínimo de dinheiro, nós também temos que falar de mínimo de qualidade do ponto de vista da aprendizagem. E mínimo de qualidade do ponto de vista de aprendizagem seria, no mínimo, perseguir a meta de uma jornada de 6 horas de educação para as nossas crianças, em toda a educação básica do nosso País.

Nós sabemos que isso não é possível da noite para o dia. Por isso estamos apontando, no meu entendimento e no daqueles que ajudaram a conceber o substitutivo, para que se dobre a jornada. Se o Brasil fizer isso, nos próximos 10 anos, terá feito uma grande obra na educação, terá contribuído para uma revolução na educação do nosso País.

Na questão do CAQ, nós adotamos como parâmetro, primeiro, o custo praticado pela educação hoje. Eu posso seguir os dados do SIOPE? Não posso. É o dado oficial com que trabalham pelos Secretários de todos os Estados? Não é. É o dado com que trabalham os Municípios de todo o Brasil? Não é. No entanto, são informações que constam de publicações do INEP? São publicações que constam de publicações do INEP. Então, esse é um outro problema. Agora, nós, metodologicamente, preferimos trabalhar com aquilo que está consolidado nas informações que o MEC divulga, que o INEP divulga e que, de certa maneira, o conjunto dos Municípios e dos Estados aceitam e divulgam, os dados do FUNDEB: o que é praticado por aluno, repassado pelo FUNDEB para os Municípios e para os Estados, em todo o território nacional, e o que o Governo completa.

Nós trabalhamos, então, com os dados do FUNDEB e com o parâmetro do CAQ Inicial, não com o do CAQ pleno. Por que não é o do CAQ pleno? Em primeiro lugar, porque nós estamos desmembrando no PNE um dado importante, que é a valorização do professor. No custo apresentado pelo Marcelino está incluída a



valorização do magistério; estão incluídos os salários dos professores, que são de 85% a 90% do custo da educação.

Isso não está no nosso projeto, porque tivemos uma meta separando essa questão, a Meta 17, para fazer uma equalização. Se a Meta 17 estivesse diluída no CAQ apresentado por nós, nos valores do PNE, os valores do substitutivo ao PNE seriam diferentes. E nós, metodologicamente, preferimos não fazer essa confusão. Deixamos a Meta 17 destacada, porque os professores e a sociedade civil já incorporaram a necessidade de fazer uma luta no Brasil inteiro pela valorização do magistério.

Se nós tivéssemos a certeza de que o CAQ pudesse ser implantado com a votação do PNE, nós estaríamos diluindo a meta do custo da atualização média do salário dos professores no Brasil inteiro, nas planilhas de custo do pagamento do ensino fundamental, do pagamento da creche e assim por diante.

Se nós tomarmos como base o que nós apresentamos dos valores praticados e dos valores do CAQ Inicial, não há diferença muito grande, a não ser na creche, que é de 50%. Aí é uma opção que temos que fazer. Como é uma opção, podemos colocar mais valores lá na proposta. A creche sai hoje de R\$2.252,00 e passa, pela nossa proposta, a R\$3.600,00. Esse é o pagamento, pela nossa proposta, com o dinheiro que estaria garantido nos 7,5% de investimento direto. É uma diferença significativa do que é praticado hoje. Não é aquilo que nós desejamos como o mínimo ideal de qualidade, que seria o valor de R\$7 mil, incluindo o pagamento do professor — no nosso está fora. Para nós, seria próximo daquilo que o Mozart apresentou, porque teria que acrescentar quase R\$1 mil a mais. Iria para R\$4.596,00, se nós diluíssemos o custo do professor da creche.

Agora, nós precisamos fazer uma distinção bem clara: isto aqui, as tabelas, onde aplicar o dinheiro e como aplicá-lo, não está no que vai ser votado no PNE. Nós não vamos votar isso. Nós só vamos votar o conceito. Nós queremos que, em 2 anos, seja estipulado o Custo-Aluno Qualidade em nosso País. Que o MEC enseje os estudos, submeta-os ao Conselho Nacional, discuta com os agentes públicos do Brasil inteiro e estipule qual é o Custo-Aluno Qualidade Inicial no nosso País. Para isso, nós estamos dando 2 anos.



Do ponto de vista de dinheiro, eu estou convencido de que, se garantirmos 11 milhões de crianças, estimulando as Prefeituras a incluir jornadas dobradas, pagando por essa jornada dobrada. Isso está incluso nos 7,5 do nosso relatório.

Sabe o que vai significar Prof. Izalci — estou convencido disso — se avançarmos no ensino superior, com uma diferença de custo perto dos 10%, defendido pelas entidades da sociedade civil e por diversos Deputados, se dobrarmos a oferta de ensino superior, saindo de 76 milhões de estudantes para 12, 13 milhões daqui a 10 anos, sendo que da oferta pública que vamos oferecer 70% dela seja de ensino presencial? Isso significa, nos 7,5%, na nossa conta e pelo que apresentou o Relator e que está para ser apreciado, a criação de 180 mil vagas por ano no ensino superior presencial.

É preciso destacar que o Presidente Lula construiu dez universidades no Brasil. Dez universidades! Com os 7,5 tem dinheiro reservado para a criação de 180 mil vagas, ao custo de 15 mil reais por aluno, por ano, públicas e presenciais.

Sinceramente, quero dizer aos senhores que, acho, não temos condições... É uma dívida que o Brasil tem para com a sua juventude, para com a produção científica e tecnológica do nosso País? É. Eu acho que nós não temos condições...

Uma universidade pública no Paraná, com 35 mil alunos, que vai fazer 100 anos no ano que vem, tem laboratório de Química, de Física, de todas as engenharias, com mestres e doutores. Com esse PNE substitutivo que estamos apresentando, vamos dar condições ao Governo, se assim desejar, ao votar os 7,5%, de criar — 6 vezes 3, 18 — seis universidades públicas iguais à do Paraná, com 30 mil alunos em média, por ano.

Digo isso com franqueza porque este debate temos de fazer. É o custo: 15 mil por aluno de uma universidade presencial. Podemos avançar para 300 mil alunos por ano? Podemos avançar para 300 mil alunos. Trezentos e cinquenta mil alunos por ano no ensino superior presencial significa construir quase dez universidades federais iguais à do Paraná, presenciais; não estou falando de ensino a distância. Significa construir mais laboratórios, contratar técnicos e professores com mestrado e com doutorado para dar aula nessas universidades, por ano.

Acho que, neste momento, o Brasil não tem condições de realizar isso. Acho que essa dívida nós vamos resgatar mais à frente. Mas, se garantirmos esse



patamar de investimento, já estaremos fazendo uma revolução no ensino superior do nosso País.

Em relação aos 7,5%, que é a Meta 20, o custo de distribuir esse dinheiro para pagar melhor a creche, ou para subir esses valores apontados no CAC como exemplo de distribuição, porque é apenas um exemplo, um exercício... Tanto o Marcelino fez quanto o Nelson e o Daniel fizeram. É apenas um exercício. Olha, com 7,5%, nós podemos pagar 3.600 para a creche. Hoje, nós pagamos 2.200. Mas o Governo, ao votar em reunião com a UNDIME e com a câmara que vai decidir isso, quer pagar 4.500 para a creche? Vamos aplaudir, porque ele vai ter recurso no 7,4 para pagar isso. Ele pode não realizar outra meta, mas ele vai ter o recurso. Quer fazer um acordo para melhorar o pagamento no ensino fundamental ou o ensino médio? O Governo pode fazer isso. Não tem problema, porque a definição desses valores vai caber aos membros das câmaras do ensino médio e do ensino fundamental, aos Secretários de Estados e de Municípios. Não compete à Câmara dos Deputados nem a esta Comissão estabelecer esses valores. Como o Governo fez uma planilha de gastos, nós também fizemos uma planilha de gastos, imitando e tomando como base os estudos feitos pela campanha e pelo Conselho Nacional, além dos estudos feitos pelo Marcelino Rezende e pelo Nelson Amaral para orientar a nossa apreciação sobre como poderia ser diferente a educação no Brasil, diferente se aprovássemos 7, 7,5, 8, 8,5. É, vamos dizer assim, uma simulação que apresentamos como uma possibilidade de investimento na área da educação, diferente daquilo que apresentou o Governo. Nós tínhamos que fazer isso. Se o Governo apresentou o número 7, nós tínhamos que apresentar um número diferente e mostrar onde que o dinheiro tem que ser aplicado. É uma opção do Relator. A Comissão pode mudar isso. A Comissão pode dizer que não quer que o dinheiro seja investido na educação integral nem neste valor nem neste montante. Podem ser 20 milhões de crianças, mas, no lugar de pagar 2.500 reais, queremos pagar 3 mil reais, ou 3.500, na educação integral. A Comissão pode fazer isso. Aí nós vamos mudar o valor. Aí, no lugar de 7,4, vai para 7,8. É só fazer a conta e fazemos isso. Essa prerrogativa é da Comissão.

Ao Relator, diante das discussões feitas a respeito do CAC aprovado pelo Conselho e pelos valores praticados pelo FUNDEB, nós apresentamos uma



proposta de distribuição de recursos que achávamos — e achamos, estamos convencidos — que eleva o patamar da nossa educação. Então, apresentamos aquilo que, no nosso entendimento, é fundamental no Plano: a aprovação do CAC como instrumento de financiamento e elaboração dos custos da educação em nosso País. E apresentamos um percentual que, no nosso entendimento, dará condições para que se mude substancialmente o financiamento da nossa educação com 7,5%.

Eu já afirmei na Comissão outras vezes, e é bom reafirmar antes da próxima reunião, talvez uma reunião para apreciar, que vamos mudar a Meta 20. Nós fizemos uma ponte para chegar aos 7,4, a definição de, no mínimo, 8 de investimento direto. O 8 de investimento total comporta o pagamento dos professores na ativa, de sua contribuição previdenciária, as transferências de recursos para as entidades da sociedade civil, como o sistema S e o PRONATEC, mas não sei se comporta — não estou convencido disso, porque não obtive essa informação ainda — o PROUNI, se ele também estaria dentro desses valores.

A conta que realizamos no ano passado, segundo dados e informações que tínhamos, 8% de investimento total daria perto 7,3 de investimento direto, 7,3 e alguma coisa. Estaria muito próximo daquilo que fechamos na nossa conta real, que são 7,44 na nossa planilha. Nós tivemos de fazer uma conta. Não foi preciosismo. Nós tivemos de fazer uma conta. Então, para não brigar e para arredondar por 0,4, 0,04, 0,03, nós estamos arredondando os números e estamos melhorando a formulação. No mínimo, 7,5 de investimento direto e, no mínimo, 8% de investimento público total na educação, na Meta 20.

Aí os Deputados terão a oportunidade de discutir. Aqueles que são favoráveis à Meta 20 deverão destacá-la, 10%, para ser submetida à votação. Aqueles que forem favoráveis a 8%... O Relator está convencido dos 7,5 porque entende que, com a distribuição dos recursos da forma como apresentamos aos Srs. Deputados, vamos fazer uma revolução na educação. Volto a dizer: vamos melhorar a creche, vamos triplicar o ensino profissionalizante integrado — não o concomitante nem o complementar, mas o integrado, que é a melhor forma —, vamos garantir 11 milhões de crianças no ensino integral, com jornada dobrada, e vamos avançar no ensino superior, que é o grande gargalo da educação que temos em nosso País, garantindo verbas, como o Marcelino falou, para educação de jovens e adultos. Isso, no



programa do Governo, não tem, no nosso substitutivo tem. Nós dimensionamos valores para a erradicação do analfabetismo absoluto e também para o funcional ainda complementando 7 milhões de jovens, que é 50% que, no cálculo do MEC não estão, fazendo a complementação depois que estiverem com o ensino fundamental completo.

Então, era isso, Srs. Deputados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, eu gostaria de anunciar a presença de Célia Maria Vilela Tavares, Presidente da Região Sudeste da UNDIME, e da Presidente da ANFOPE, Iria Brzezinski.

Temos seis Deputados inscritos. Como se aproxima da hora da Ordem do Dia, eu queria propor que ouvíssemos o bloco de seis Deputados e depois passássemos a palavra aos expositores.

Faço um apelo para que façamos as intervenções em 3 minutos, a fim de dar tempo para todo mundo participar.

O primeiro inscrito é o Deputado Artur Bruno, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Boa tarde a todas e a todos. Quero inicialmente parabenizar os componentes da Mesa. Tivemos uma exposição extremamente qualificada, baseada em números, em dados e também parabenizar o Relator que, mesmo em minoria, conseguiu expor seu pensamento, mostrou a base dos seus cálculos e tem mostrado coerência desde o início do seu trabalho como Relator. Faço questão de destacar isso porque o Relator Angelo Vanhoni teve uma postura extremamente democrática. Creio que ele ouviu praticamente todas as principais entidades de educação deste País, Secretários de Educação, estudantes, professores, foi extremamente atencioso com os seus colegas Parlamentares que apresentaram emendas, que trouxeram propostas que foram dialogadas com o Relator. Também concordo, Deputado Angelo Vanhoni, que, se nós investirmos 10 anos após a aprovação do plano 7,5% de investimento direto, portanto, 50% a mais do que é hoje em termos de proporção do PIB, que não é a mesma coisa de valores de proporção do PIB, é um grande avanço, sim. V.Exa. tem razão nesse aspecto.



No entanto, creio que nós, a partir da conferência municipal, depois estadual, depois nacional de educação, começamos a fazer cálculo e há diversos pensamentos sobre esses números.

Ouvimos aqui pessoas extremamente estudiosas, respeitadas na sociedade brasileira, que trouxeram números extremamente interessantes.

Creio que teremos dificuldade de votar o relatório — acho que V.Exa. tem feito um trabalho magnífico — sem a presença de representante do Ministério da Fazenda. Claro que o Dr. Nelson Barbosa é uma pessoa extremamente capaz, é um técnico extremamente qualificado, honraria esta Comissão com sua presença, mas eu creio que não se trata apenas de uma questão de números, mas de dialogar politicamente com o Ministério da Fazenda.

Então, Deputado Angelo Vanhoni, Presidente desta Comissão, quero reforçar que tenho impressão de que hoje, por unanimidade desta Comissão, queremos dialogar com o Ministro da Fazenda, para que ele possa mostrar... V.Exa. fez o seu relatório baseando-se nos números do Governo, mas nós queremos discutir esses números com o Ministro da Fazenda. E seria muito interessante que neste debate, esta mesma Mesa pudesse comparecer para dialogar e fazer comparações, cotejamentos. Nós não podemos perder essa oportunidade histórica que estamos tendo para avançar o quanto mais possível na educação. Claro que já é um grande avanço o relatório de V.Exa., que melhorou a proposta do Governo em vários pontos. V.Exa. citou alguns, não teve tempo de citar outros, mas eu tive acesso ao seu substitutivo, pelo menos aos estudos que estavam sendo feitos, e vi como V.Exa. melhorou a proposta do Governo.

Quero ressaltar, para finalizar, que proponho, Deputados Angelo Vanhoni e Raul Henry, que só votemos quando tivermos a presença do Ministro da Fazenda. Vamos fazer a discussão técnica e política sobre a necessidade de investir o maior percentual possível do PIB. V.Exa. melhorou muito em propostas que vão se acumulando através dos anos. Quer dizer, temos metas parciais, que V.Exa. está propondo em inúmeros pontos, mas creio que não temos condições de votar antes desse debate com o Ministro da Fazenda.



Então, quero reforçar essa ideia dos colegas Parlamentares e tenho certeza de que um pedido de V.Exa., do Presidente desta Comissão, será decisivo para trazer o Ministro Guido Mantega até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Pela ordem, está inscrito o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em primeiro lugar, quero parabenizar V.Exa., Deputado Raul Henry, pela realização desta audiência pública com esses magníficos palestrantes, que deram uma aula de números para nós. Mas quero mais é fazer um apelo. Acho que, a partir de hoje, nós não podemos mais discutir essa questão como questão de base de Governo, de Oposição, PSDB, PT. Acho que, a partir de hoje, temos de conduzir esse assunto como o partido da educação. Acho que todos nós aqui temos a obrigação agora de tratar desse assunto como um partido único, o partido da educação.

Eu não vi isso nas apresentações. Gostaria que se fizesse isso até quando o Ministro da Fazenda estivesse aqui, porque eu acho que é fundamental. E já é quase que unanimidade a presença do Guido Mantega nesta Comissão. Acho que não vamos avançar sem isso.

Há um requerimento nosso, de autoria dos Deputados Dr. Ubiali e Paulo Santiago, pronto para ser votado na próxima audiência, para convocá-lo, se S.Exa. não se dispuser a vir até aqui, porque o Nelson Barbosa aceitou. Tenho certeza de que, com o apelo do Relator e do Presidente, o Ministro estará presente aqui com certeza e com a presença da Assessoria do Ministério da Educação, com todo mundo participando.

Até gostaria de pedir, porque não vi nas apresentações, que tivéssemos... É evidente que a questão é numérica. Estamos mais ou menos assim: “*Quanto é dois mais dois*”, e o cara pergunta: “*Quanto você quer que dá?*” É mais ou menos desse jeito e não dá para ficarmos comparando coisas diferentes. Acho que agora, com essas brilhantes palestras de todos vocês, gostaria que nós utilizássemos, com base no relatório brilhante do Deputado Angelo Vanhoni, que abriu para todos nós participarmos ativamente dele, a mesma metodologia de S.Exa., usando os parâmetros que vocês utilizaram aqui. Quem é leigo — eu sou contador, sou auditor, não tenho tanta dificuldade — estava certíssimo de que 10% eram indispensáveis.



Depois o Relator falou em 7,5 e, de uma forma tão convincente, disse que 7,5 é um avanço extraordinário. Então, precisamos falar a mesma linguagem. Eu gostaria até de saber, eu vou ver as apresentações aqui, não vi completas, se existe já um estudo em cima do que foi dito aqui comparando exatamente na mesma metodologia do Relator, para que pudéssemos falar a mesma linguagem na próxima reunião e aí estaríamos realmente bastante prontos para votarmos o relatório na Comissão.

Acho que há um especialista no Ministério da Fazenda do terceiro escalão que está acompanhando isso. Acho que a presença dele é importante, mas a figura do Ministro Guido Mantega aqui é fundamental para valorizarmos a educação neste País.

Parabenizo mais uma vez V.Exa. e todos os palestrantes. Acho que, a partir de hoje, somos do mesmo partido: o partido da educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, que é o Deputado Paulo Rubem Santiago, quero reforçar o que foi dito pelos Deputados Artur Bruno e Izalci: esta reunião de hoje nem sequer é uma audiência pública, porque não havia requerimento para isso. A sua realização deve-se à forma democrática como o Relator conduziu esta Comissão, à forma aberta, a todos os companheiros. A realização desta reunião é fundamental.

Pela ordem, vou dizer os nomes dos inscritos: Deputados Paulo Rubem Santiago, Domingos Sávio e Rogério Marinho, que não estão mais presentes, depois, a Profa. Dorinha Seabra Rezende, a Deputada Fátima Bezerra e o Deputado Newton Lima.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Deputado Raul Henry, prezados companheiros debatedores, Deputado Angelo Vanhoni, Relator, em primeiro lugar, quero dizer que Florestan Fernandes nos observa a todos e, como ele, os pioneiros da educação que, há 80 anos, tiveram a coragem de chamar a atenção da sociedade brasileira para a importância estratégica da educação. Acho que falaram sem microfone, sem carro de som, porque parece que não foram ouvidos há 80 anos, e continuam não sendo ouvidos.



Quando, há 3 anos, a Comissão de Educação e Cultura publicou os primeiros trabalhos relativos à discussão do piso salarial e do Plano Nacional de Educação, eu fui honrado, juntamente com o ex-Deputado Carlos Abicalil e, lá, publicamos dois artigos que eram muito parecidos, porque fechávamos a compreensão de um Plano Nacional de Educação, vinculando-o a um novo projeto de sociedade. E a impressão que nos dá é a de que, em alguns momentos, essa discussão é feita no campo da educação sem que nós nos apercebamos do que está acontecendo com o nosso País no continente e no mundo.

Não sei se algum de nós teve a oportunidade ou a chance de observar, nos últimos meses, qual tem sido a produção acadêmica na área econômica e macroeconômica. Nós estamos diante de um risco seriíssimo de reprimarizarmos a nossa economia, de desnacionalizarmos a nossa economia, de a desindustrializarmos.

Aliás, nesta Mesa que eu coordenei, ano passado, no dia 28 de novembro, o Prof. Wilson Cano, da UNICAMP, denunciou, de forma gravíssima, o processo de desindustrialização que acontece no Brasil. Em 10 anos, nós reduzimos em 50% a participação da indústria de transformação no PIB.

Será que tudo isso que acontece, fruto das relações do Estado, Nação brasileira, com a economia internacional, não tem impactos ou são fatos indiferentes à construção de um Plano Nacional de Educação? Porque, dependendo dos rumos que essas relações econômicas internacionais impuserem ao nosso País, não adianta expandir a universidade.

Aliás, nós deveríamos não só termos mantido a expansão, como também o investimento progressivo em ciência e tecnologia.

Eu quero destacar o artigo da Profa. Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, publicado no sábado ou no domingo na *Folha de S.Paulo*, em que ela protesta, veementemente, contra os cortes anunciados para o orçamento da educação e da ciência e tecnologia.

Então, parece-me que nós estamos aqui aleatoriamente, calculando números em cima de fundamentos, como se isso não tivesse relação com o modelo de sociedade que nós queremos; como se fosse necessário, antes de entrarmos em



cada uma dessas Comissões Permanentes e Especiais da Câmara, termos uma Comissão filosófica.

A discussão hoje, depois de 10 anos de um Plano Nacional de Educação que foi jogado na lata do lixo... Na década do PNE I, privilegiou-se a sustentabilidade da dívida pública. E é lastimável que ainda se ouçam vozes dizendo que o Brasil hoje não tem condições de financiar, nos indicadores apontados pelo Movimento Todos pela Educação, pela campanha, pelos debatedores aqui presentes.

Qual é a natureza do nosso gargalo? É de natureza fiscal? Não é. O IPEA, o Prof. Marcio Pochmann, o Jorge Abrahão, enfim, todos nos têm oferecido estudos que mostram que o que há é uma inversão de prioridades na destinação da carga tributária.

O Comunicado nº 23 do Instituto de Pesquisa Econômica aplicada — IPEA é muito claro: entre 1980 e 2008, nós subimos a nossa carga tributária de 24,5% para 35,8% do PIB. Mas para onde foi a maior apropriação dessa elevação da carga tributária? O maior dispêndio, de 229,4% de crescimento, foi o dispêndio com os juros da dívida pública.

Então, o Brasil tem feito a opção de privilegiar o rentismo financeiro em detrimento da administração tributária para financiar a qualidade da produção científica e tecnológica e um Plano Nacional de Educação emancipatório.

O que está acontecendo hoje no nosso País? Eu queria compartilhar com os senhores e as senhoras alguns dados que são inquestionáveis e gostaria muito que o Relator os levasse em consideração.

Em primeiro lugar, nossa população de jovens e adolescentes, Prof. Amaral, é hoje uma população de risco. A economista Lisa Biron, há 3 anos, concluiu em sua dissertação de mestrado, na Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ, intitulada *Homicídio Juvenil e os seus Determinantes Socioeconômicos* que, de 48.620 homicídios, de 2004 a 2009, 37.800 atingiam crianças e jovens de 10 a 29 anos de idade, o que não era estatística há 20 anos.

Em segundo lugar, os dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — PEA no Comunicado nº 66 e atualizados com a tradução do Censo 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, mostra que a República Federativa do Brasil não é “a república”. Essa República Federativa do Brasil traz,



em seu ventre, seis repúblicas federativas: o corte das regiões; o corte das populações urbanas de rurais; dos 25% mais pobres e mais ricos; entre negros e brancos; taxa de matrícula e frequência líquida dos 15 aos 17 e dos 18 aos 24 anos; e a expectativa de conclusão, como consta da Plataforma DHESCA e dos dados do IPEA.

Então, que revolução é esta? Eu quero dialogar com o Relator para que ele qualifique qual é a revolução que se está propondo quando se quer atingir 7,5% do PIB, o que é menos de 10% a mais do que era previsto e aprovado pelo Congresso em 2001. Este Congresso teve a condição de derrubar o veto em 2009 e não o derrubou porque não quis, porque não quis enfrentar, uma década depois, o abandono do financiamento da educação que se fez no PNE I, aprovado em 2001.

Então, não venham argumentar que a nossa incapacidade para assumir a meta de 10% é de natureza fiscal. Não é! Não há restrição de ordem fiscal.

E vou dar aqui um último exemplo, Deputado Raul Henry: quando há vontade política, as coisas acontecem.

Primeiro cenário, 2008, 2009: crise econômica financeira internacional, redução e escassez do crédito. O Banco Central decide disponibilizar 100 bilhões dos depósitos compulsórios — e não o fez por medida provisória nem projeto de lei, nem levou 1 ano e 4 meses, como nós estamos aqui discutindo o projeto de lei do PNE —, o Banco Central decide irrigar, com 100 bilhões, o mercado de crédito.

O que os bancos fazem? Aplicam em títulos do Tesouro Nacional. Não transferem 1 centavo dos 100 bilhões para crédito à indústria, ao comércio e à agricultura.

Segundo, o Governo Federal decide ampliar a desoneração tributária. Os senhores sabem em quanto impacta hoje a desoneração tributária vigente no País? Em 3,5% do PIB, 135 bilhões de gastos tributários indiretos, pró-capital ou pró-indústria, sem qualquer repercussão impactante na elevação concreta do PIB, na desconcentração do investimento empresarial e na desconcentração da renda regional — 3,5% do PIB, Prof. Marcelino. Houve ou não houve vontade política? Houve, fez-se.



Capitalização do BNDES: 260 bilhões de títulos públicos emitidos num piscar de olhos, 86% do crédito para as grandes empresas, criando um novo capitalismo de Estado, como classificam diversos economistas recentemente.

Então, por que, para financiar 10 anos de educação, por que para tirarmos o País das suas seis facetas de repúblicas diferentes, em termos de educação, de acesso e de qualidade, nós não temos condições de financiar 10% em 10 anos?

Por que, para capitalizar o BNDES, emitimos 260 bilhões em títulos? Por que, para capitalizar com desoneração a indústria, nós temos 135 bilhões, 3,5% do PIB? Por isso é que nós estamos querendo fazer essa discussão direto com quem tem a chave do cofre. Com o todo respeito que temos pelo Deputado Angelo Vanhoni e pelo seu relatório, é um relatório que enquadra o futuro do PNE ao que veio do Palácio do Planalto. E nós não somos uma Comissão de enquadramento, com todas as alterações que o Deputado Angelo Vanhoni muito bem relatou e defendeu aqui — nós sabemos da sua competência e da sua seriedade —, é um relatório de enquadramento; é uma proposta conservadora; é uma proposta que dá as costas para a evolução da carga tributária; é uma proposta que não explica a disparidade para os outros setores da economia em detrimento do financiamento da educação pública de qualidade.

Então, qual é a revolução? Eu quero discutir qual é a revolução.

O País está às portas da reprimarização da sua pauta de exportação, o País está vivendo uma desindustrialização. A pressão do capital privado é em cima da desoneração tributária...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Deputado Paulo Rubem Santiago, nós pedimos a V.Exa. que encerre.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Vou concluir. Esperei muito por esta audiência. Esperei muito por esta audiência. E eu gostaria de fazer esta discussão com o Ministro da Fazenda, independentemente de o seu adjunto ser uma pessoa qualificada.

E quero corroborar as propostas feitas de não votarmos esse relatório, com todo o respeito ao Relator, enquanto nós não tivermos uma discussão direta com o Ministério da Fazenda.



Eu quero que o Ministro da Fazenda diga que a União Federal, que hoje só arca com 1% dos 5,1% direto de investimento no PIB, não tem capacidade para investir mais do que isso. Eu quero que ele justifique isso aqui, porque nós vamos contra-argumentar com todos os dados oficiais, como nós temos feito, para dizer que este País, para honrar o manifesto dos pioneiros da educação, a memória de Darcy Ribeiro, de Anísio Teixeira, de Paulo Freire, de Florestan Fernandes e o déficit que está assassinando a nossa juventude que está fora das salas de aula, já provou que pode e deve atingir, até 2020, 10% do PIB para uma educação emancipatória vinculada a um novo modelo de desenvolvimento para o nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Muito bem.

A inscrita da vez era a Profa. Dorinha Seabra Rezende, que, generosamente, cedeu o seu tempo à Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Trocou. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Fez a permuta.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Eu agradeço à Deputada Dorinha e vou logo sossegando o Deputado Raul Henry, porque eu não vou exigir o mesmo tempo que ele destinou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Ele está perdoado pelo brilhantismo e pela causa que defendeu.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar a todos da Mesa. Foi um debate muito bom, muito rico. Nós estamos na reta final de aprovação do PNE, mas o debate de hoje, sem dúvida nenhuma, é de muita qualidade, de muito conteúdo.

Segundo, Sr. Presidente, quero pedir licença para dar uma espécie de aviso. Eu já conversei com vários Parlamentares que militam no campo da educação para dizer da tarefa que me fui incumbida pelo Deputado Marco Maia de organizar uma Comissão de caráter suprapartidário. Na verdade, é uma Comissão informal, Deputado Raul Henry, porque não obedece aos critérios do formalismo regimental da nossa Casa. E esta Comissão tem por objetivo exatamente travar o debate acerca da Lei nº 11.738, precisamente no que diz respeito à questão do reajuste.



Não é a lei, é o reajuste. Isso tudo é derivado de todo aquele episódio do parecer da Comissão de Finanças, que modificou os mecanismos de reajuste do piso salarial do magistério, o que nos levou a apresentar aquele recurso no final do ano. E aquele recurso foi decisivo para que garantíssemos a lei. E o Ministro Aloizio Mercadante, posteriormente, consolidasse-a, anunciando o reajuste de 22,22%.

Os gestores, parte dos Prefeitos e dos Governadores, têm feito uma pressão muito forte na Casa para tentar alterar a lei, defendendo claramente que deve ser adotado o INPC puro e simples. Os professores não concordam com isso. Nós não concordamos com essa alternativa. E aí o Presidente da Casa nos pede para organizar essa Comissão, não é Deputado Artur Bruno? O Deputado Artur Bruno estava conosco e também ficou com essa tarefa.

E qual é o objetivo desta Comissão? Repito: é fazer o debate, é buscar saídas, Deputado Raul Henry, é buscar alternativas para que possamos chegar a um entendimento.

É bom lembrar que parte dos Prefeitos e dos Governadores, inclusive, vieram a esta Casa pedir ao Presidente da Casa que colocasse o recurso em votação imediatamente. No entanto, o Presidente da Casa, sensível que é, assumiu o compromisso de que esse recurso não será votado no plenário antes de esta Comissão promover o debate e construir um entendimento.

Já quero fazer um convite a V.Exa, como representante do PMDB: vamos fazer esta reunião amanhã, às 18 horas. Será a primeira reunião no plenário da Comissão de Educação.

Segundo, entrando aqui rapidamente no debate do PNE, e estava conversando com o Deputado Newton Lima, com o Deputado Angelo Vanhoni, o nosso Relator, e inclusive com o Deputado Paulo Rubem Santiago. É perfeitamente natural, justo, legítimo, adequado, que esta Comissão cobre o debate com a área econômica, sem dúvida nenhuma.

E o que nós queremos propor aqui? Exatamente retomarmos as tratativas que estavam sendo feitas no sentido de realizarmos o debate no Ministério da Fazenda. Não importa o local, o que importa é que tenhamos — não é, Deputado Raul Henry? — a oportunidade de dialogar com a área econômica, com quem tem a chave do



cofre. E fazer o debate no Ministério da Fazenda, a exemplo do que foi feito na época do FUNDEB, aqui relembrado por Daniel Cara.

Então, Deputado Newton Lima, vamos entrar em campo para articular com a área econômica, portanto, com o Ministro Mantega, junto com o integrante da Fazenda, que é quem está fazendo o debate programado com o Deputado Paulo Rubem sobre a questão do PNE. Eles podem receber a Comissão Especial no Ministério da Fazenda porque lá tem espaço suficiente.

Para concluir, Deputado Raul Henry, quero dizer que desde ontem, segunda-feira, o Fórum Nacional de Educação está reunido aqui em Brasília. Inclusive eu participo dele, representando a Comissão de Educação e Cultura. A pauta do Fórum, claro, foi o PNE. Agora à tarde, a atividade do Fórum é participar deste debate, desta audiência pública, pela sua importância. Assim como eu, há várias entidades parceiras integrantes do Fórum Nacional de Educação que vieram aqui participar desta audiência.

Quero dar conhecimento aos demais membros da Comissão e entregar ao Deputado Angelo Vanhoni nota pública que o Fórum Nacional divulgou hoje com relação ao seu substitutivo.

Primeiro, o Fórum faz um apelo, solicitando dos membros da Comissão Especial celeridade na tramitação do Projeto de Lei nº 8.035, que vai instituir o novo Plano Nacional de Educação. Todos os integrantes do Fórum manifestaram muita preocupação com o retardamento da não aprovação do Plano Nacional de Educação. Estamos quase chegando ao meio do ano, e há uma agenda política eleitoral.

A nota começa fazendo um apelo para que a Comissão Especial da Câmara dos Deputados possa, Deputado Raul Henry, concluir a aprovação do relatório do Deputado Vanhoni até abril deste ano. Lógico que queremos a celeridade, no entanto, sem abrir mão da esperada qualidade do Plano Nacional de Educação.

Mais uma vez, o Fórum reafirma que manterá a coerência com o debate histórico do financiamento das políticas educacionais por entender, Deputado Vanhoni, que o conceito de investimento público direto é o único adequado ao PNE. Então, o Fórum reivindica que V.Exa. trabalhe com o conceito de investimento público direto. Segundo, ainda na área do financiamento, sintonizada com a



CONAE, o Fórum Nacional de Educação reafirma sua proposta de chegar a um patamar equivalente a 10% do PIB para a educação pública.

Do mesmo modo, o Fórum também reafirma a defesa da destinação de 50% dos recursos arrecadados da exploração de minerais às políticas públicas educacionais. Considera imprescindível também que a União complemente os recursos necessários aos Estados e aos Municípios para que esses cumpram com o CAC. Defende que a qualidade da educação não deva ser vinculada a um único índice, como o IDEB, e recomenda, Deputado Vanhoni, uma nova redação para a Meta 7 — esse é um tema polêmico.

O Fórum acrescenta que é importante fomentar a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, à luz de diretrizes operacionais e conceituais da avaliação que visem à melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a alcançar o padrão de qualidade e equidade constitucionalmente determinados.

O Fórum ainda reafirma, Sr. Relator, Deputado Angelo Vanhoni, e Deputado Raul Henry, a necessidade de se definir no PNE prazo para aprovação de matéria legislativa específica sobre a organização do Sistema Nacional de Educação. Considera, Deputado Vanhoni, que é importante garantir o atendimento da demanda manifesta por creche na década.

Na Meta 4, Deputado Vanhoni, que trata da educação inclusiva, o Fórum reivindica a V.Exa. que possa retornar ao conteúdo original do texto do Projeto de Lei nº 8.035 no que diz respeito à educação inclusiva.

Na Meta 5, o Fórum pede também para ser mantida a redação original no sentido de garantir alfabetizar todas as crianças até o máximo de 8 anos de idade, em sintonia com a deliberação da CONAE.

Por fim, manifesta também sua preocupação com a ausência de uma explicitação no art. 2º do projeto que trata do PNE, no que diz respeito à diversidade étnico- racial, ainda que sejam contempladas na pós-graduação também as ações afirmativas, de modo que a Meta 8 contemple todos os níveis de educação brasileira.

Para concluir, Deputado, o Fórum, respeitando a soberania e a independência do Poder Legislativo, faz chegar às mãos do Relator e de todos os ilustres membros



desta Comissão Especial um relatório no qual recomenda quais emendas devem ser aproveitadas pelo Relator, repito, resguardando a soberania e a independência do Poder Legislativo.

Esta é a nota do Fórum Nacional de Educação.

Deputado Raul Henry, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Antes de passar a palavra à Deputada Professora Dorinha, quero fazer um importante registro. Como esta reunião não foi uma audiência pública regimentalmente convocada, ela não pôde pagar as despesas da vinda dos nossos expositores. O Dr. Marcelino, o Dr. Nelson e o Dr. Daniel Cara vieram por iniciativa da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e o Dr. Mozart Neves, pelo Conselho Nacional de Educação. É importante fazer este registro.

Com a palavra a Deputada Profa. Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

(Não identificado) - Pensei que V.Exa. ia pedir para fazer uma vaquinha aqui agora para pagar as passagens. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Não. (Risos.)

Depois, com a palavra o Deputado Newton Lima.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, só quero dizer que não quero mais o tempo do Deputado Paulo Rubem, só o da Deputada Fátima me atende. (Risos.)

Vale a pena registrar toda a atenção, todo o carinho que temos pelo Relator, pelo esforço de S.Exa. para melhorar enormemente o texto, pela tentativa de ouvir as diferentes correntes. Mas todos nós sabemos dos limites que o Relator enfrenta. E nós não estamos brincando de faz de conta aqui. Quero dizer também que a minha impressão parece a mesma do Deputado Izalci. Eu me sinto entre os 80%, 90% das pessoas do meu Estado que não aprenderam direito Matemática.

Ouvindo as exposição do Prof. Nelson, do Marcelino, do Daniel, do Mozart e do Deputado Vanhoni, fica alguma coisa que não se junta, não casa. Eu brinquei com o colega que estava aqui do lado: *“Olha, eu quero colocar anéis em todos os dedos, mas, para isso, vou ter que cortar dois dedos da mão direita e um dedo da mão esquerda, porque aí o meu dinheiro vai ser o suficiente para por anéis em todos”*



os *dedos*". Isto é a mesma coisa do que disse o Deputado Vanhoni: "Olha, se quiserem mais dinheiro para a creche, pode ser, só não vamos cumprir outra meta".

Quero lembrar que participei do outro lado, na formulação do FUNDEB. Quando nós começamos a discussão inicial do FUNDEB, as creches não estavam incluídas — e os senhores sabem disso —, por vários motivos. Na época, na discussão do CONSED, do Ministério da Educação e do MEC, a sinalização foi: "Nós vamos tentar incluir o ensino médio e a creche, mas creche não é prioridade. Nós vamos tentar atender prioritariamente o ensino fundamental e o ensino médio". Então, historicamente, inclusive como representante dos Estados, eu acompanhava as discussões. E posso dizer com segurança que o custo do FUNDEB nunca cobriu a metade do custo da creche. Temos que ser justo e dizer isso aqui. A nossa discussão era: "Nós temos que sinalizar, nos per capitais, aquilo que é prioridade para o País e que já está na legislação como obrigatório". E sempre foi para os ensinos fundamental e médio. No primeiro esforço de equalização, o próprio CONSED propôs reforço na pré-escola. Para compensar a UNDIME e a dificuldade em atendimento de creche, o Ministério fez um acordo para ampliar os recursos da merenda escolar para a creche. Por isso teve um diferencial.

Por que estou dizendo isso? Primeiro, precisamos saber que FUNDEB não é financiamento total, é uma parte significativa, uma grande parte, 20% — nós sabemos disso —, mas 5% estão de fora. Segundo, todos nós sabemos que o curso de educação infantil não é coberto só pela educação, muito menos com recurso total. Para fazer um esforço e oferecer uma creche, um atendimento à educação infantil, a maioria dos Prefeitos coloca 28, 27, 30 ou até mais. Por que estou dizendo isso? Porque o *per capita* do FUNDEB é uma referência, mas temos que fazer isso com cuidado, porque ele vem de traz para frente; ele vem do recurso disponível e, na hora de fazer a contabilidade dos *per capitais*, é feito esse jogo de pesos. Então, ele não dá conta de cobrir o curso nem do ensino médio, nem do fundamental, muito menos da educação infantil. Todos os estudos mostraram que o grande impacto é na creche. Desde o começo sabíamos disso, quando começamos a discutir *per capita*.

Quero também lembrar que houve um esforço quanto à questão de pessoal. Há necessidade de rever isso. O piso está longe de atender a uma carreira atrativa.



Então, sabemos que só atender o piso não é suficiente. A implantação da carga horária vai ter impacto numérico quantitativo e o atendimento ao público que está de fora também.

Trata-se de uma conta feita com base nas notas técnicas, muitos ficaram de fora. Eu não posso dizer que é um espelho de um esforço real. Não dá.

A formação de professores não é a que eu quero para este País. É uma formação inadequada, que está sendo feita basicamente com o ensino a distância, como já foi dito aqui. Poucas instituições estaduais e municipais realizam a formação. Basicamente quem está fazendo formação é a instituição privada, poucas instituições federais trabalham com formação. Nós precisamos de um esforço.

O País que eu conheço tem aluno estudando em casa de tábua, o País que eu conheço tem aluno estudando debaixo de árvore, tem crianças estudando amontoadas em salas multisseriadas, com espaço físico totalmente inadequado, falta de biblioteca, falta de estrutura e de pessoal.

No meu Estado consegue-se pagar o segundo melhor salário do País. Gastava-se quase 90% com folha de pessoal. O professor do Tocantins hoje, em início de carreira, ganha quase 3 mil reais. Foi uma questão de ponderação e de escolha de prioridade.

Para finalizar, quero dizer que é difícil fazermos um esforço de comparabilidade quando a nossa condição de saída é muito diferente da dos países da OCDE. Temos uma dívida histórica que precisa de um esforço maior, sim. É preciso alocar mais recurso. Eu sou intransigente na questão dos 10%. Não dá para dizer que vamos ficar mais 10 anos fazendo esforço e continuar na mediocridade que estamos hoje.

Se queremos, de verdade, dizer que educação é prioridade, é preciso fazer mais do que normalmente já vínhamos fazendo. Eu começo dizendo que, infelizmente, esta Casa não dá importância para a educação. Hoje, se fizermos uma pesquisa entre os Deputados, alguns, que usam inclusive a educação como bandeira, nem sequer sabem que o PNE está em discussão nesta Casa.

Um país que não olha para a educação como prioridade, como ponto focal do seu interesse, não pode dizer que está querendo mudar a sua história de educação.



Então, eu acho que temos de fechar primeiro. Se a área econômica não vier — o Palocci veio discutir sobre essa questão —, por que não vamos discutir? O País precisa, sim, fazer um esforço. Sei muito bem que não está nas mãos do Deputado Vanhoni fazer qualquer tipo de esforço. S.Exa. disse com tranquilidade que procurou avançar muito a partir do projeto original, mas eu sei que podemos fazer mais, e é este País que eu quero ajudar a construir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Com a palavra o Deputado Newton Lima.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Obrigado, Presidente. Tenho o privilégio de somar os três últimos tempos. Então, até as oito da noite aqui... Como o critério foi brilhante, eu espero ser brilhante para V.Exa. não cortar a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - E o último inscrito é o Deputado Ivan Valente, que também é muito econômico.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Ivan, depois que soube disso, vou diminuir muito a minha fala para podermos ouvi-lo.

Em primeiro lugar, quero dizer da minha satisfação, é bom sermos também experientes, de ter tido o privilégio de conviver com todos os membros da Mesa deste debate, uns de antanho, outros mais recentemente, como é o caso do Daniel e do Henry. Sou um privilegiado porque trabalhei com todos eles, sem exceção, em algum momento da minha vida. Até com o Mozart, que já saiu daqui, trabalhei na ANDIFES.

Que beleza termos no Brasil pessoas empenhadas nesta causa tão importante e que nos proporciona um debate tão qualificado como este que está sendo realizado aqui.

Feita essa saudação e antes de entrar no debate, quero dizer a Dorinha que hoje de manhã, é preciso fazer justiça aos esforços, a Presidenta Dilma lançou um programa da maior repercussão, o PRONACAMPO, para tentar exatamente, pela primeira vez na história da República, acabar com essas mazelas que S.Exa. citou, de criança estudando embaixo de árvore, criança andando duas horas para chegar à escola, professor tendo de dormir na sala de aula, no chão, para não ter de voltar no



dia seguinte, e todas as coisas horríveis que sabemos acontecem no campo, na zona rural.

Na qualidade de Presidente da Comissão, eu disse, hoje, que a coisa mais importante é fixar o homem do campo e sua família no seu meio. Com o apoio da Internet, temos total condição — isso faz parte do projeto estruturante do PROCAMPO — de evitar o que outros países fizerem.

Não é pouco saber que nos Estados Unidos apenas 2% da população mora fora dos centros urbanos. Isso vale para a maioria dos países desenvolvidos. Por isso, é um esforço extraordinário de cidadania gerar oportunidades e reter o fluxo migratório do campo para a cidade. Estamos fazendo um avanço, e por isso parabenizo a Presidenta Dilma e o Ministro Mercadante.

Com relação ao debate em si, quero primeiro enaltecer a posição do Relator, Deputado Vanhoni, que vai passar para a história se aprovarmos aqui, como meta — não mais como meio, mas como fim —, a definição do CAQ. Esse é um debate curioso, porque, se de fato aprovarmos a vigésima primeira meta como cálculo permanente, reavaliado a cada 2 anos ou segundo o que aprovarmos aqui, vamos ter um instrumento de economia da educação — quem estuda isso, como o Marcelino, sabe do que estou falando — inestimável, para o resto da vida republicana, porque iremos melhorando a aferição daquilo que, como disse a Dorinha...

Quando fui Prefeito, lutei muito pelo *per capita* da creche, e perdi para a Dorinha, que era Secretária de Educação — eu representava a Federação Nacional de Prefeitos —, devido aos argumentos apresentados. De fato, a mensuração do valor do custo do aluno na creche foi muito subestimada, o que trouxe e traz problemas graves para os 5.565 gestores municipais.

Pois muito bem. Eu quero enaltecer isso, pois talvez resida aí a pedra de toque do que será o relatório, porque obviamente a discussão apaixonada vai continuar — o 776, o 8, o 10 —, mas, de fundo, estruturante e permanente, porque perene, será, no meu entendimento, a definição de algo que vimos defendendo há anos nos diversos *fronts* da luta educacional.

Dito isso, enaltecedo sempre o Paulo Rubem — e também porque sei bem o que o Ivan vai dizer —, eu não posso concordar com que nós façamos um debate de



responsabilidade fiscal *versus* responsabilidade educacional. Se fizermos isso, vamos cometer um grave equívoco, porque temos um país em reconstrução até mesmo do ponto de vista de sua macroeconomia. Não é possível que possamos dizer que temos margem suficiente para 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 ou o que quisermos. Isso não é possível, porque há outras áreas.

Por esse raciocínio, também poderíamos, a qualquer momento, restabelecer os 40 bilhões retirados do SUS pela extinção da CPMF e assim resolver os problemas da saúde, que são, neste momento, tão ou mais graves que os problemas da educação. Ou poderíamos resolver os problemas da Ciência e Tecnologia, que lamentavelmente acaba de sofrer um corte de recursos por cujo restabelecimento precisamos lutar. Enfim, há *ene* outras políticas, mas sabemos que a educação é prioritária, que é a mãe de todas as áreas, a que constrói cidadania e desenvolvimento, como já se disse.

Com todo o respeito aos discursos aqui proferidos, eu acho um erro fazermos a discussão de responsabilidade fiscal *versus* responsabilidade educacional, porque iremos perder e por aquilo que disse a Dorinha: a responsabilidade fiscal está nas mãos de todos os gestores, dos 5.565 prefeitos, dos 27 governadores e da Presidente da República; já a responsabilidade educacional...

Aliás, na Comissão de Responsabilidade Educacional — o Raul Henry vai estar presente, e eu quero ajudar —, é o que pretendemos: aprovar. Se não dispusermos de um instrumento como o de responsabilidade educacional, os gestores só farão o discurso da educação quando nos palanques, porque as sanções são menores do que as hoje estabelecidas na responsabilidade fiscal.

Acredito que acertaremos e avançaremos se formos capazes de fazer de fato a lição de casa: qual é o estágio, o salto de qualidade que vamos querer dar.

A Dorinha de novo tem razão: o jeito que quisermos escolher. O Vanhoni disse que podemos estabelecer as metas e vai dar a conta que quisermos. Podemos chegar até a 15% do PIB. Não há dúvida nenhuma. É só colocar 70% imediatamente, ou em 10 anos, de alunos na educação superior público no Brasil, por exemplo.

Então, estabelecido nestes termos, quero concordar com todos aqueles que afirmam a necessidade de fazer o debate com o Ministro Guido Mantega antes de



votar o Plano, para que o debate seja qualificado e as responsabilidades educacional e fiscal estejam colocadas para nós, Deputados, que queremos evidentemente a estabilidade, que não queremos a inflação, que sabemos perfeitamente que não crescemos o suficiente ainda para dar atenção imediata a todas as políticas públicas, reconhecendo que a da educação é prioritária.

Concordo com o Deputado Paulo Rubem em relação ao processo de desindustrialização em curso, e aí a educação exerce o seu papel de novo, porque qualificar mão de obra e qualificar produção é fundamental, se quisermos chegar a ser a quinta potência mundial.

Acho que todos já assinaram o requerimento — o Henry não, porque estava no exterior, não sei se peguei antes a sua assinatura — pela formação da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional. Dia 27, à tarde, no Salão Negro do Congresso Nacional, vamos fazer esse encontro com as Centrais Sindicais e com grandes entidades da indústria nacional. Acredito que, aí sim, vamos dar oportunidade para responderem à responsabilidade fiscal com nova fonte de recurso.

Quero terminar, Henry, e prometi falar pouco, pedindo a todos e especialmente ao Daniel, por quem tenho apreço muito grande, que incorporem a discussão sobre os *royalties*. Daniel, você precisa incorporá-la. Não nos ajuda dizer que pode ser 7, 8, 9, 10, porque há uma nota técnica. A luta principal hoje é fazer a vinculação, que todos nós queremos, dos *royalties* do petróleo, para que não ocorra o que acontece hoje com cidades que se beneficiam disso, com IDH baixo, com educação de péssima qualidade. Temos de carimbar. Se não for possível 50% — acho que temos de lutar pelos 50% —, que pelo menos se carimbe 30% para Estados e Municípios obrigatoriamente colocarem na educação e, se possível, na ciência, tecnologia e inovação. Essas são duas políticas estruturantes que, de fato, vão dar sustentação a um Brasil quinta potência mundial, com justiça social.

Muito obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Parabéns, nosso novo Presidente da Comissão de Educação, pelo brilhantismo.

Apenas para reforçar o que V.Exa. disse, Newton, e o Paulo também afirmou, os europeus e os americanos que exportaram seus empregos industriais para a Ásia



não conseguem se reestruturar e refazer seus níveis de emprego, exatamente porque não se pode ser a fazenda do mundo e transferir esses empregos industriais.

Depois de ter ouvido os debatedores, passo a palavra ao último inscrito, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, nobres debatedores, Deputadas e Deputados, quero pedir desculpas por não ter presenciado as intervenções qualificadas dos nossos colaboradores, nossos convidados de hoje, devido a razões alheias à minha vontade, tarefas partidárias em relação a uma Deputada do nosso partido que está sendo duramente perseguida no Rio de Janeiro. Participei de uma reunião na OAB e por isso não pude estar presente. Mas conheço um pouco o que pensam as pessoas que aqui falaram, e muito brilhantemente. Aliás, é a tenacidade dessas pessoas que nos ajudam bastante.

Apesar de saber que quando se fala em dinheiro a coisa murcha, Marcelino, Daniel Cara e Nelson continuam insistindo: “*O/ha, pessoal... senão...*”

Título de matéria da *Folha.com* de hoje, Marcelino, da Eliana Cantanhêde, que não é nenhuma socialista revolucionária, diz: *É a educação (ininteligível).* A educação é a causa do atraso brasileiro. Ela mesma detectou isso. Quer dizer, é fácil saber.

(Intervenção fora do documento. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é apenas o salário, é o investimento na educação.

V.Exa. está falando de desindustrialização e da sua Frente, que assinei, e há também questões que o Paulo Rubem e outros Parlamentares levantaram aqui. É evidente, é explícito que o Brasil é uma estampa. O problema da nossa educação é grave.

Quero dizer ao camarada Vanhoni, Relator, que teve a oportunidade histórica de relatar o PNE, que ele tem nas mãos pelo menos algo para constranger. Faz um relatório pelo menos para constranger, gente!

Quem participou mesmo — o Newton sabe — dos congressos de educação de 1996 e 1997 sabe de onde saiu o PNE. Ele saiu da sociedade civil. Vamos recordar isso. Inclusive vários dos seus formuladores estão nesta sala. Eu tive o privilégio de encabeçar o PNE, em 1998. E Fernando Henrique tinha um plano pronto, só que



não queria apresentá-lo, porque não queria planejar. O neoliberalismo não planeja, porque não vai grafar lá que vai gastar tanto do PIB. Tanto que o Fernando Haddad, ex-Ministro, candidato agora à Prefeitura de São Paulo, inventou uma história. Havia uma lei que dizia que não se pode dizer quanto usar do PIB. Agora pode. (Risos.) Isso é problema de vontade política, não uma filigrana jurídica.

O problema é que os diagnósticos da educação nacional estão dados. São vários conhecedores dessa realidade, pessoas que pesquisam, descrevem e mostram como poderíamos dar um salto na educação.

O debate sobre o PNE não pode morrer. Vejam o seguinte: peguem a pauta nacional. O debate sumiu. O debate sumiu da pauta nacional, Vanhoni, e isso é um problema para nós.

A *Globo* pode fazer um programa no horário nobre para dizer como está a educação. Isso não pesa nada, porque, na verdade, do jeito que está não há solução. A educação não é pauta nacional.

Passei rapidamente por ali e vi os ruralistas não apenas investindo contra o Código Florestal, mas contra as unidades de conservação, as reservas indígenas e as áreas quilombolas. Queriam votar e por 1 voto não houve *quorum* na Comissão de Justiça, Newton. Sabe por quê? Pegaram asa no Código Florestal. Interesses particularistas se sobrepondo aos interesses públicos nacionais. Educação é interesse nacional! E não se consegue incorporar essa discussão sobre o projeto de nação no Brasil.

O Newton apresentou uma questão, e certamente teremos de travar esse debate, sobre a responsabilidade fiscal e educacional. O problema da responsabilidade fiscal é discussão antiga. Quando aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, o PT votou contra, e eu liderei esse processo aqui. Eu era do PT. Sabe por quê? Sabíamos que para pegar pessoa que esbanja, é perdulária, há a Lei do Colarinho Branco, a Lei da Corrupção. É outra coisa. O problema é outro: trata-se de saber qual o projeto para o Brasil.

O Newton foi reitor, Presidente do ANDES e da ANDIFES e sabe perfeitamente que se não introduzirmos o elemento da política econômica, até para politizar inclusive os setores do movimento educacional brasileiro, inclusive a CNTE, a maior organização de professores do País, que ao manter-se em luta de baixa



intensidade, sem politizar, que o Brasil gasta 680 bilhões em 2010 e 2011, mais ou menos, para pagar juros e amortizações... Não adianta.

O relatório do Vanhoni não vai chegar lá, a não ser que ele force a barra. Por isso, Vanhoni, já vou antecipar, com todo o respeito, que, além de trazer até aqui o Ministro da Fazenda — espero que ele venha, vários já se expressaram, e nem vou discutir o FUNDEB, houve duas megareuniões com o Palocci, quando se avançou um pouquinho —, o debate precisa ganhar visibilidade. Por isso, vou tentar levá-lo ao plenário. E não adianta os apelos da Fátima para votar logo. Não, não adianta.

O PNE de 1998 foi votado em 2001, Relatório Marchezan. E daí? Não foi aplicado também. O Fernando Henrique vetou o que foi aprovado na Câmara, ou seja, o acordo de 7% do PIB. O Governo Lula esqueceu o PNE e criou o PDE, no meio do caminho. Criou outro plano. Esqueceu que havia o PNE.

Digo a V.Exas. que vou levar ao plenário porque quero dar visibilidade ao debate sobre a educação. Ele não tem visibilidade hoje, porque vamos quebrando galho aqui e ali. Começa com o PROUNI, depois é o PRO não sei o quê, agora é o PRONATEC. É transferência de recurso público para o setor privado, um pouco mais aqui, um pouco mais ali, mas não há resposta estrutural.

Está aí a Lei do Piso de R\$ 1.400,00, e há vários Estados contestando, porque não se aplica nem piso salarial nem o que veio acompanhando: as horas/atividade fora da sala de aula.

Com todo o esforço que o Vanhoni vem fazendo, e não por falta de atenção dele, que, reconheço, fez debate em vários locais, ouviu muitas pessoas, a pressão do Governo é muito forte.

Inclusive, de cara, colocaria a seguinte questão: hoje, o investimento direto é 5,1, o total é 5,8. Se se fizer a proporcionalidade cruzada, se se colocar oito como total nesse período, o direto será 7,4 e não 7,5. Então, gostaria que me respondesse melhor esta questão. Começo por aí. Não há relação direta proporcional.

Em segundo lugar, se fôssemos ver o custo de uma creche, 3.500 reais na próxima meta, sabemos que na média já se gasta mais, são 5 mil e tanto. Lógico que vai ter 2 mil em Estado do Nordeste, 7 mil em São Paulo, mas média é média.

Quando se pensa que a coisa está dando um salto, não está. Eu não acredito que um plano com esse tipo de meta, e também a Meta 12 do Custo



Aluno-Qualidade, dê um salto de qualidade. O nosso problema fundamental hoje é a qualidade. Não há qualidade sem investimento. Ou se vai para esse debate...

Veja o seguinte: não foi a Dilma que foi à Europa dizer à Angela Merkel que há um *tsunami* cambial? Sabe quanto o Banco Central europeu injetou nos bancos? Um trilhão de euros. E estão obrigando a Grécia a economizar 13 bilhões de euros na porrada, cortando 20% de salário mínimo, todas as aposentadorias, não pagando 13º salário, privatizando tudo. É muito mais o exemplo do que o real. Esse dinheiro todo vai para onde? Vai para a especulação financeira.

O Newton levantou uma discussão importante, e vamos ter que mantê-la com o Mantega aqui. Não há solução.

Eu vou levar essa discussão para o plenário. Quero visibilidade para a educação, ela tem que chegar ao plenário.

Finalizando, Henrique, quero fazer uma comparação que me foi dada por um especialista em educação, que o Newton conhece melhor que todo mundo há muitos anos, são velhos companheiros nossos. Prestem atenção para um dado, para ver o que é quantidade e qualidade.

O Brasil, em 2010, tinha 6 milhões de pessoas no terceiro grau. Nos Estados Unidos, 18 milhões, 10% apenas em lucrativas. No Brasil são 53% colocados em instituições lucrativas. Quero entender o seguinte: com a verba colocada aí, V.Exa. se referiu à possibilidade de se fazer uma revolução educacional. Eu duvido, Vanhoni, que possamos pensar em formação de professores e que gastar 15.500 reais por ano dê para fazer pesquisa de verdade no Brasil. Não posso concordar com essa tese. Sinceramente, não tenho como concordar com isso.

A maioria da expansão hoje vai se dando pela educação a distância, que já é um problema sério. A educação a distância foi sempre, diria assim, uma resposta lateral e não algo para colocarmos como prioridade de expansão do ensino público gratuito de qualidade.

Acho que hoje 33% das públicas inclusive estão sendo feitas por educação a distância. Por isso, Vanhoni, espero que V.Exa. tenha tempo para dar um *upgrade* nos seus custos, da creche até à universidade, e também nos 10% do PIB. O que lhe consagraria como...



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Esse é o novo Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O que lhe consagraria realmente como um Deputado defensor da educação pública gratuita de qualidade, até pela simbologia dos 10% do PIB.

Agora, dizer que não dá para gastar, como o Newton está colocando, aí não tem como. Dá para gastar, mas precisa ter coragem política, deve ter peito para ter outro tipo de política econômica que não seja subordinada à especulação financeira. Tanto que é em 10 anos, não é do dia para outro, não é amanhã, é em 10 anos. Isso é transição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Peço ao Deputado Ivan Valente que conclua a sua intervenção.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Infelizmente, está tão agradável, mas vou ter que concluir a pedido do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Agradável para todos nós.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Vou pedir ao Relator que encerre a nossa reunião e vou passar a palavra aos convidados, que tão gentilmente atenderam ao nosso convite para participarem dessa reunião de hoje. Vou repetir a ordem da fala inicial e passar a palavra ao Dr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O SR. DANIEL CARA - Em primeiro lugar, acho que a qualidade do debate foi muito boa.

Essa audiência pública, na minha opinião, foi até superior à anterior, sobre o financiamento, porque conseguiu chegar a pontos mais profundos. A outra foi muito rápida. Então, parabéns ao Deputado Raul Henry pela iniciativa de ter tido a vontade de debater a questão do Custo Aluno-Qualidade. Acho que esse é um grande ganho desse espaço que construímos aqui.

Sobre a Meta 21, para tentar ser bastante preciso em três pontos, primeiro, ainda que a Meta 21 coloque a implementação do CAQ como sendo uma nova meta, acho que o próprio relatório do Vanhoni dá uma boa base para isso, até



porque incorporou emendas que Ivan, Dorinha, Newton, Artur, Paulo, Izalci apresentaram, que tiveram como origem o próprio trabalho da campanha.

É importante que não percamos a ideia da transitoriedade entre CAQ inicial, o Custo Aluno-Qualidade inicial, que é o CAQi, e o CAQ geral. Essa questão da transitoriedade é fundamental para dar pragmatismo até o gasto, porque é priorizar pela primeira vez no Orçamento público as Regiões Norte e Nordeste do País, as duas mais desfavorecidas.

Sobre a questão do Deputado Newton Lima, que foi meu companheiro no Conselho Nacional de Juventude, eu discordo de S.Exa. em relação à gestão fiscal, até porque a FIRJAN lançou, no domingo, um relatório — não sei se tiveram oportunidade de lê-lo —, que diz que 5.226 Municípios não têm renda suficiente para dar conta das necessidades sociais, das políticas sociais em termos de arrecadação. Significa que 5.226 Municípios dependeriam de um apoio da União.

Para terem ideia, os Municípios que tiveram o melhor desempenho em gestão fiscal foram aqueles que tiveram o pior desempenho em gestão educacional, o que mostra que o acerto fiscal, da forma como entendemos hoje, não significa boa gestão do serviço público, que é, fundamentalmente, Deputado Ivan Valente, a missão do Estado. A missão do Estado é garantir direito. A missão da sociedade é exigir que esse direito seja garantido.

Esse jogo no Brasil não está sendo cumprido. Não está sendo cumprido porque existe uma enorme desigualdade tributária, existe um equívoco absurdo de critérios sobre o que é uma boa gestão fiscal, e aplicação seca dos 25% da educação não necessariamente significa que os 25% de fato estão indo para a educação, o que é outro problema.

A pesquisa simplesmente diz que aplica 25% ou não. Agora, dos 25%, quantos desses Municípios acabam pagando na sua conta o custo do motorista da Prefeitura, o motorista do Prefeito, o custo de alimentação do Prefeito etc.? Quer dizer, isso é um problema grave.

Até o Custo Aluno-Qualidade, trabalhando com essa transitoriedade, pode lançar luz a esse problema. Trabalhando com base em insumo, vamos ter uma tabela para ver por que o Município e o Estado que não cumpriam estão gastando até mais do que o CAQ e não há uma escola com biblioteca, com laboratórios de



ciência e o professor ganha mal. Então, acho que esse é um elemento importante do CAQ.

Para finalizar, sobre os *royalties* e os 10% ou 7,5% do PIB para a educação. A campanha tem várias emendas e não só defende 50% do Fundo Social do Pré-Sal. Já colocamos isso para a UNE. O próprio relatório do IPEA mostra que esse é um valor importante, mas insignificante perante a necessidade da educação. Nós defendemos a vinculação de 50% de toda a extração mineral do recurso advindo para a educação, como o Fórum Nacional de Educação colocou. Isso sim, seria um recurso fundamental, que até subsidiaria bem os 10% do PIB, até com um esforço maior da União. Temos que falar sobre isso. A União faz muito pouco para a educação.

Sobre os 7,5% ou 10% do PIB, já tive discussões acaloradas com o Deputado Angelo Vanhoni, no Fórum Nacional de Educação. Quero registrar que o Deputado Angelo Vanhoni é uma pessoa totalmente disponível ao debate, nunca tivemos dificuldades de conversar com ele, nunca tivemos dificuldades de expor as nossas questões. Nessa questão, acho que ele até defendeu muito bem os 7,5% do PIB aqui, não acho que ficou 4 contra 1. Acho que o senhor fez uma ótima defesa, Deputado Vanhoni.

Deputado Izalci, se fizermos o cálculo, como disse, considerando todas as necessidades de transição demográfica, o aluno que vai chegar ao ensino médio e vai precisar entrar na universidade, a capacidade de pagamento das famílias brasileiras do ensino superior privado — o Prof. Nelson tem um estudo sobre isso e mostra que as famílias brasileiras não têm mais capacidade de pagar as matrículas —, se considerarmos todos os fatores, os 10% do PIB são necessários.

Podemos até ter, o Deputado Ivan tem razão, algumas dificuldades em termos de execução orçamentária. A Célia, que é gestora, sabe disso. Muitas vezes o MEC lança um edital de transferência voluntária de recursos a partir de convênios e muitas vezes o Município não consegue conveniar, até por conta da burocracia, que é 90% do problema.

Se alguém quiser revolucionar a educação, tem que começar por uma reforma do FNDE, porque o FNDE é o centro da burocracia e da incapacidade técnica na gestão federal. Agora, ainda que tenhamos dificuldades de execução, não



podemos abrir mão da verdade. A verdade, o cálculo, o trabalho dedicado vai mostrar que é necessário 10% do PIB. E não foi conta de chegada. Esse é o ponto fundamental. Quando o Luiz e eu fizemos o cálculo da nota da campanha, até brincamos no começo: *“Usando o CAQ, vamos chegar a 8%”*.

O trabalho que o MEC fez foi muito ruim. Acho que isso deve ser registrado na nota técnica. É um desrespeito ao debate sobre o PNE a forma como o MEC apresentou as notas técnicas e a planilha de custos. O trabalho do MEC foi tão malfeito que o CAQ, que é inicial — vamos precisar um dia buscar o CAQ que não é o inicial —, dá base para 10,4% do PIB.

Então, o que quero registrar é que chegamos a um momento em que existe um impasse. Tecnicamente podemos fazer aqui vinte audiências públicas. Os 10% sempre vão rondar, porque o cálculo cuidadoso vai gerar isso. Agora, a chegada do Ministério da Fazenda vai fazer com que esse impasse que nós temos no debate possa ter um rumo de decisão.

O ex-Deputado Palocci, ex-Ministro da Fazenda não só recebeu Deputados, mas nos recebeu no Ministério da Fazenda. Colocamos uma criança no colo dele, para mostrar que ele iria excluir a entrada das creches. E acabou que ganhamos. Não ganhamos tudo o que queríamos, Deputado Ivan. O FUNDEB, o Paulo também participou intensamente, não é o dos nossos sonhos, mas ganhamos 9 bilhões de complementação da União — a proposta do Governo Federal era nada — e depois 200 milhões. Hoje é próximo de 9 bilhões e, pelas projeções, vai chegar próximo a 11 bilhões, em 2020.

Então, é só nessa luta social e só trazendo o Ministério da Fazenda que sairemos do impasse. Não tenho dúvidas de que o Vanhoni — ele vai até dizer que não, que fez o cálculo — tem a clareza de que é preciso mais recursos, e conversando com calma, pode ser que ele se convença de que os dez sejam necessários.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Com calma ou aperreado para poder convencer os relatores.

O SR. DANIEL CARA - Eu já aperreei muito o Deputado Vanhoni. Mas o fato é que chegou a um momento em que precisa ter o centro do debate, que é a área fazendária aqui. Acho que essa é a questão que queria colocar.



Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Agradeço ao Sr. Daniel Cara inclusive pela iniciativa de viabilizar esta reunião de hoje.

Como já disse, foi a campanha que viabilizou a vinda aqui dos dois especialistas.

Vou passar a palavra ao Dr. Nelson Amaral, da Universidade Federal de Goiás.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL - Quero aproveitar a oportunidade para registrar três pontos que sempre aparecem em todos os debates de que tenho participado sobre o Plano Nacional de Educação, em geral, em universidades ou nos Conselhos Estaduais de Educação em Goiás e em São Luís do Maranhão. Há sempre uma reclamação de que é preciso ter metas intermediárias.

Sei que há dificuldades de estabelecer metas intermediárias, para que haja um acompanhamento do Plano. E com a existência de metas intermediárias e a aprovação de uma responsabilidade educacional, também é cobrada o tempo todo nos debates, porque são vários governos que passarão pelos 10 anos. Então, há possibilidade de o último ser cobrado por tudo. Vai ser uma complicação em termos de debate no encerramento dessa parte do Plano.

Outro ponto que é muito cobrado também, e as perguntas em geral são feitas para nós que trabalhamos com financiamento: quem é responsável pelo porquê do Plano? Qual esfera da Federação é responsável pelas propostas apresentadas? E quando há Secretário da Educação Estadual e Secretário da Educação Municipal na Mesa, o tempo todo eles batem na tecla de que está tudo sendo jogado nas costas dos Municípios e Estados para resolverem os problemas.

No meu entender, uma discussão com o Ministro Mantega é importantíssima. Por outro lado, é claro que ele vai bater na tecla da insuficiência da situação fiscal para bancar os 10%. A conta é mais ou menos simples. Quando fazemos a conta teórica, para se chegar a 5% do PIB, deve-se gastar 18% da União. Dos 25% dos Estados e dos 25% dos Municípios, chego mais ou menos a 5%, vários de nós já fizemos essa conta.

Para se chegar a 10% só pensando nos impostos, como eles estão definidos, sem nenhuma mudança, seriam 50% dos Estados, 50% dos Municípios e 36% da



União. Claro que nenhum governador, nenhum prefeito e nenhum membro do Poder Executivo Federal vai fazer com que essa proposta vingue baseada só nos impostos.

Então, é preciso realmente que esse estudo do IPEA, que deu bastante substância para analisarmos as possibilidades de expansão dessa base de recursos a serem aplicados em educação, seja considerado nesse contexto. E o tempo todo é feita essa pergunta para nós: de onde virão as fontes para bancar esse financiamento? Só olhando essa conta simples, de metade dos recursos dos impostos serem destinados à educação, o que é inviável, é claro. Nenhum dirigente fará isso.

Então, é preciso que haja uma preparação sobre o assunto para a reunião com o Mantega.

Como disse o Deputado Newton Lima, haverá o embate entre responsabilidade fiscal e educacional, e esse embate será difícil. Cada vez mais, com todas as interligações impostas pelo mundo capitalista, o dinheiro da moeda está correndo pelo mundo, os proveitos sendo tirados...

Como disse o Deputado Ivan Valente, jogam 1 trilhão de euros e esse dinheiro vai para a especulação. É assim que o mundo capitalista acabou sendo constituído. Esse debate é bem complicado, e a pressão em cima da possibilidade de não se aprovar 10% fica difícil.

Claro que com os 10% terá de existir o empenho de toda a sociedade, e aí a necessidade de mobilização da sociedade em torno de um Plano Nacional de Educação. Realmente, o debate sobre o Plano perdeu o fôlego em relação aquele momento que existia no ano passado.

Mas, no meu entender, a Comissão pode fazer a revitalização desse debate. Eu tenho percebido um pouco isso. Na semana passada, inclusive, eu participei de dois debates sobre o Plano Nacional de Educação: em São Luís do Maranhão e em Goiânia. Inevitavelmente, o que mais é debatido são os 10%, sendo que existem muitos outros aspectos a serem considerados, um deles, como ressaltou o Marcelino, trata exatamente da educação de jovens adultos, que não está incluída.

E comecei a ficar bem animado quando o Deputado Vanhoni começou a falar das incorporações feitas por ele. Quando ele disse que era 0,5% a mais, comentei



com o Marcelino que seria bom termos acesso a essa planilha para fazermos uma análise e ver quais comentários poderíamos fazer.

Com todos os acréscimos mencionados pelo Relator, com 0,5% a mais, além da planilha do MEC, não sei como fazer esse encaixe, nem os parâmetros e a metodologia adotada para se chegar a 7,5%. Como o Daniel comentou em vários momentos, poucos detalhes a mais ultrapassam os 7,5% e se chega rapidamente a 8%.

Eu não sei em que etapa está a discussão, mas seria interessante, acadêmico da área que sou, ter oportunidade de contato com essa planilha para entender a metodologia e ajudar a aprofundar ainda mais este debate.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de participar desta discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Nós quem lhe agradecemos a presença aqui, Nelson.

Antes de encerrar a reunião, passo a palavra ao Sr. José Marcelino.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO - Eu gostaria, mais uma vez, de ressaltar o prazer de vir a esta Comissão. É evidente, para nós que já estamos ficando meio experientes, a qualidade do debate e das intervenções. É um debate de pessoas que entendem do assunto, que se apaixonam também pelo assunto, e acho que isso contamina, por isso o prazer de estarmos aqui de volta.

Sobre os temas vou reprimir algumas coisas que o Nelson disse e acho importantes.

Primeiro, em relação à Meta 20. Prezado, Deputado Vanhoni, eu gostaria muito de debater as contas com a assessoria, porque realmente elas nos surpreendem um pouco. De um lado, vemos o aumento do esforço democrático. Vemos o esforço de uma assessoria, do Angelo, da Universidade Federal do Paraná, que é nosso colega no debate sobre financiamento. Mas a conta não bate muito.

Por isso, ajudaria muito trazer esse assunto para o debate. Particularmente, duas coisas me preocupam. Eu entendo essa preocupação em separar o impacto no salário, no sentido de dar realce. O meu medo é que se considere a atual massa salarial ao destacar. Isso não pode ocorrer.



Na verdade, a massa salarial será outra, porque eu tenho que incorporar o aumento na matrícula de creche e de EJA, e claramente o MEC não fez isso no seu cálculo. Não sei se ficou clara a minha preocupação.

A outra também tem a ver com o seguinte: para mim, qualquer plano tem que trabalhar com uma melhora progressiva no gasto/aluno. Eu não posso chegar, em 2020, com o padrão de gasto/aluno que eu tenho hoje.

Naquele cenário que nós fizemos — como o senhor bem disse, pode haver outro cenário —, o princípio é importante. Eu tenho que chegar, por exemplo, em 2016, na questão das metas intermediárias, como disse o Nelson, com um gasto/aluno — e aí tem de haver um indexador; eu gosto do PIB *per capita*, mas pode ser outro — diferente do atual. Em 2020 também tem que ser diferente do atual. A minha dúvida é que pode ser que as questões estejam passando um pouco por aí.

Eu acho que 10% do PIB é uma bandeira, mas também acho que não é para amanhã. É difícil? É muito difícil. Mas o Brasil enfrentou coisas muito difíceis também. O estudo do IPEA sempre traz... Nós sempre citamos a questão dos juros, da dívida pública, mas há um dado muito interessante: cada 1% de queda na taxa do juro corresponde mais 0,6% do PIB, que é liberado. Quer dizer, um ponto percentual, que é pouco, que baixou neste último Governo. Cada um ponto percentual na taxa de juros significa mais 0,6% do PIB. Isso só na discussão da taxa de juros — não estamos falando em aumento de impostos.

Quando discutimos, estamos falando de uma carga tributária de 34%, 35% do PIB. E não sabemos quanto vai ser em 2020, diga-se de passagem. Será que não cabem 10% do PIB? Não serão 10% para o resto da vida. Faltou discutirmos um pouco esse problema. A lógica de um processo desse é um crescimento e uma queda progressiva.

É óbvio que não é possível gastar 10% ao longo da vida. Mas um País que já deveria gastar 7% desde 2001... Porque acho que este é o dado objetivo: a vontade do Legislativo, de muitos dos senhores que estão aqui, era de 7% do PIB.

Se nós tivéssemos 7% do PIB, não teríamos o grande desafio da educação infantil, o gigantesco desafio da educação de jovens e adultos.



Por isso, realmente defendo os 10% do PIB e acho que há uma batalha terrível. Mas esta Comissão já tem massa crítica suficiente para dizer o seguinte: nós temos argumentos para defender os 10% do PIB. O MEC não apresentou argumentos que embasam os 7% do PIB.

Sobre o Custo Aluno-Qualidade — CAQ, a ideia de uma meta é importante. Particularmente, gostei da redação — só não sei se como estratégia ou como meta. Reforça o que o Daniel falou. Temos que valorizar o trabalho da campanha junto com o Conselho Nacional de Educação. É um desrespeito a não homologação do CAQ.

Como participei muito da discussão das planilhas, mandei “n” vezes para a assessoria do MEC, sempre que me pediram, as planilhas. Quer dizer, abrimos as entranhas do CAQ.

Existem problemas? Sim, já cansamos de dizer que existem problemas. Se o CAQ tivesse sido homologado lá atrás, hoje teríamos outro CAQ, melhor do que aquele. O CAQ não é algo estático.

Então, seria fundamental esta Comissão, na pessoa do Relator, valorizar o esforço feito pelo Conselho Nacional de Educação. Nós temos um valor, porque se jogamos para outro valor... Por isso, acho que está boa a redação: viabilizar em 2 anos. E ao estabelecer em 2 anos, caímos no que o Nelson falou sobre a meta intermediária. Porque os cálculos que fizemos, num primeiro momento, só com a matrícula atual corresponde a pelo menos 1% do PIB no FUNDEB para viabilizar o CAQ. Quer dizer, para chegar no CAQ, seria preciso de um complemento a mais do que já temos de 1% do PIB.

E a última questão, sobre a qual acabamos não falando muito — inclusive, o Deputado que estava ali comentou e o Daniel escreveu um texto —, acho que o ideal seria uma meta, que é a divisão de responsabilidade entre os entes federados.

Lembro que na época da CONAE nós discutimos isso. Particularmente, nós defendemos a ideia... Porque precisamos expandir, mas qual a parte de cada um nessa expansão? Se conseguíssemos colocar isso no plano, Deputado, como a Meta 22 ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Eu queria apenas fazer um esclarecimento.



O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Nós temos instalada aqui uma Comissão Especial para uma Lei de Responsabilidade Educacional, e certamente esse assunto vai ser tratado.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO - Pois é, mas o meu grande medo é aprovarmos um Plano Nacional de Educação que não deixe minimamente esclarecido quem vai pagar a conta da expansão.

A Argentina passou por uma experiência interessante. Ela aprovou uma lei, no caso, foi 6% do PIB. Mas o que é interessante na lei argentina é que está clara a parcela de cada um.

Acho que no Brasil essa discussão é difícil politicamente, mas tecnicamente, não. Entendo que cada um deve entrar nessa ampliação na proporção do que arrecada. Nada mais justo do que isso.

Se o Governo Federal fica com 55% da carga tributária líquida, se nós vamos para 10%, esse aumento vai entrar nessa proporção. Isso é tecnicamente defensável.

Acho que se esta Casa conseguisse, como meta, pelo menos uma sinalização, Deputado Vanhoni, no sentido das responsabilidades... Senão corremos um risco muito grande de aprovar 10%, 12%, e vivermos a triste experiência do outro plano.

Era isso que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - Agradecemos ao Sr. José Marcelino.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Angelo Vanhoni, a quem agradeço mais uma vez a forma democrática com que marcou esta reunião. Não é uma audiência pública, não foi marcada a partir do Regimento, mas, sim, a partir da generosidade dele, que sempre foi uma pessoa muito aberta na discussão desse plano.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Precisamos entender algumas coisas e destacá-las. Em primeiro lugar, qual o papel do Relator. O Relator não substitui nem exaure, com o seu texto, o conjunto do plano. Quem vai exaurir é a



Comissão. O Relator tem a incumbência de receber as emendas e escutar a sociedade civil. Nós tivemos como direcionamento ouvir a sociedade brasileira. Fizemos 18 reuniões em 18 Estados; em alguns deles, muito mais do que uma reunião. No Estado de São Paulo, aconteceram quatro reuniões. Em duas delas V.Exa. estava presente junto comigo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não fui nas outras duas porque não pude, senão também estaria presente. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - E ao receber essas sugestões... Não é pouca coisa, estamos discutindo um plano de 20 metas, as principais diretrizes para a educação, e entendendo qual é o papel da educação no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Qual o futuro que a sociedade brasileira espera para si? Ela define a educação como importante e central nas suas atividades? Quer dizer, a transmissão do conhecimento, a consolidação de que cada indivíduo, cada cidadão brasileiro possa adquirir conhecimentos para se constituir de forma autônoma? Isto é, adquirir as técnicas necessárias para aprender a conhecer permanentemente a realidade, mudar a sua vida e a vida do nosso País? É isso o que nós desejamos?

Claro que é isso que nós desejamos. Não há constituição de uma sociedade democrática se ela não estiver baseada no indivíduo, e o indivíduo tem que potencializar as suas potências de razão, de sensibilidade. E isso só ocorre através do conhecimento sistematizado. É claro que conhecer faz parte da natureza da vida humana, mas as sociedades modernas já aprenderam que a transmissão sistematizada do conhecimento consolida sociedades mais democráticas, consolida indivíduos detentores de valores, de tolerância, de paz, de vivência civilizada.

E mais do que isso: é através da razão que compreendemos o mundo real e transformamos a realidade, melhorando a nossa qualidade de vida. É isso o que queremos para o Brasil. O Brasil tem dado passos enormes nesse sentido nos últimos anos.

Nós votamos, em 2009, por unanimidade de todos os partidos, a obrigatoriedade da educação a partir dos 4 anos de idade. Essa é uma conquista para o povo brasileiro. A educação infantil não existia como parâmetro. Quando na Europa, desde o final da Segunda Guerra, a educação já era transmitida para as



crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos, no nosso País a obrigatoriedade só começou em 2009. Vejam a conquista recente que nós tivemos!

E o Brasil está fazendo um esforço para que os Municípios... O debate aqui já evidenciou isso. Só na educação infantil, na pré-escola, há 1 milhão e 700 mil crianças fora da escola; na faixa de 0 a 3 anos, nós temos mais de 5 milhões de crianças fora da escola; no ensino médio, que já está universalizado, do ponto de vista da Constituição, 50% dos estudantes entre 15 e 17 anos de idade não o concluem.

Os dados da proficiência, da qualidade da educação no nosso País — o Mozart aqui teceu algumas considerações — ainda nos deixam muito envergonhados, muito tristes com o que acontece com a educação do ponto de vista de qualidade no Brasil se comparado com países até com desenvolvimento menor do que o nosso.

Então, temos essa dívida com o povo brasileiro em termos de uma educação de qualidade e universal, de maneira que todo cidadão ou cidadã, não importa se more no Amazonas ou perto do centro de São Paulo, tenha o mesmo padrão de qualidade na educação. Essa é uma dívida muito grande com o povo brasileiro, talvez a maior das dívidas que temos com o povo brasileiro, porque sabemos o quanto é importante o conhecimento, que transforma a vida pessoal, garante a autoestima, dá condições de as pessoas se mobilizarem, pensarem, enfrentarem a vida, serem donas do seu destino.

Mas o Brasil, Deputado Ivan Valente, tem dado passos nesse sentido. Para enfrentarmos o problema do ensino médio, nós tínhamos o ensino profissionalizante, que era muito pequeno no País. Nós estamos hoje avançando no ensino profissionalizante, e estamos triplicando a meta que o Governo mandou para cá quanto ao ensino profissionalizante no País. Não aquele que vai formar o jovem com formação acadêmica no ensino público e depois vai para uma outra entidade da sociedade civil buscar uma complementação. Não. Nós estamos orientando no nosso projeto, no nosso plano, que a formação profissional da nossa juventude se dê de maneira integrada, isto é, com as escolas públicas. A formatação da grade curricular, uma parte acadêmica e a outra complementar do ponto de vista de adquirir um ofício, o que vai ser base científica para a mudança da educação no



ensino médio e para a mudança do ponto de vista tecnológico e científico do nosso País.

Quanto à formação em termos de qualidade, sabem quantos doutores estamos formando por ano? Onze mil e quinhentos doutores por ano. Sabem quantos formam a Índia, a China e os Estados Unidos? Formam 150 a 200 mil, em média. Nós vamos perder a corrida tecnológica. Nós não vamos ter apenas problemas de desindustrialização no País; nós vamos perder a corrida tecnológica e não criaremos condições para que o nosso País possa apresentar-se soberanamente, defendendo os interesses da maioria do nosso povo. A meta que o Governo traz é quase duplicar, é mais do que duplicar, é formar 25 mil doutores por ano. Pois bem, nós estamos aumentando a meta, nós estamos triplicando de 11.500 para 35.000 doutores por ano.

Isso é pouco? Isso é suficiente? Não, isso não é suficiente. Eu acho que o País tem de desejar formar 70 mil doutores e 150 mil mestres por ano.

Mas sabemos que o Brasil não tem só o problema da educação. Dois por cento do Orçamento, Deputado Ivan Valente, V.Exa. é economista, assim como o Deputado Paulo Rubem — aqui é um debate franco entre nós... Digo economista do ponto de vista de trabalhar bem com os números: 1% do PIB são hoje 40 bilhões, porque o PIB está em pouco mais de 4 trilhões — não sei se confirmam os dados. São 3 trilhões e 900, vamos arredondar para 4 trilhões. Então, 1% do PIB são 40 bilhões; 2% do PIB são 80 bilhões. Hoje, o Orçamento de toda a Saúde no Brasil é de 90 bilhões.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Três por cento do gasto nacional. Quarenta e seis por cento para juros.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Veja: e a saúde precisa de uma grande reforma, precisa de uma grande reestruturação — reestruturação dos hospitais, melhoria do atendimento, especialização, garantia de direitos. O problema não é só na educação. O que eu estou querendo dizer com isso é que o problema está também na saúde, o problema está em diversos setores.

A segurança pública...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Deputado Vanhoni...



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Só um minutinho, depois V.Exa...
Eu escutei V.Exa. com bastante atenção.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu escuto V.Exa. É porque perdemos as oportunidades de votar as questões e quando elas vêm para cá, nós aprovamos do jeito que o Governo quer e depois ficamos reclamando que não há dinheiro para a saúde.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Mas não estamos aprovando do jeito que o Governo quer. Eu estou alterando o projeto do Governo, estou alterando para frente, estou alterando para mais, estou trazendo grandes conquistas para o projeto se aprovarmos com 7,5%. Estou colocando recursos aonde não estavam previstos recursos. Para a educação de jovens e adultos, o Governo não dimensionou gastos e nós estamos colocando gastos: dois bilhões e meio só na educação de jovens e adultos em nível profissional. Isso não é pouco dinheiro.

O Governo disse que já existe dinheiro suficiente para enfrentar essa meta. Nós estamos dizendo “não”, não há dinheiro suficiente e estamos colocando dinheiro para cumprir um resgate de dívida histórica que temos com a juventude do nosso País, que não conseguiu estudar, não conseguiu completar as séries iniciais e precisa ter uma profissionalização; precisa entrar no mercado de trabalho e ter uma qualificação da sua profissão, para poder defender a si e à sua família.

O que eu quero dizer com isso, Deputado Ivan Valente e Srs. Deputados? Estou convencido de que o projeto que nós elaboramos está com uma base bem fundada. Não é o projeto ideal neste momento para o País, mas é um projeto que dialoga com a ousadia, dialoga com o futuro do Brasil. Apresenta um plano coerente do ponto de vista de atacar as principais deficiências estruturais da educação do nosso País, seja do ponto de vista da inclusão, seja da melhoria da qualidade na educação do nosso País; e dá um norte para que o movimento social, os Estados, os Municípios e a União possam entender qual é a importância da educação para os próximos anos como o principal vetor do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento social do nosso País.

V.Exa. tem razão em algumas coisas, principalmente no que diz respeito à Meta 20. Nós vamos mudar a Meta 20. V.Exa. não estava aqui, e eu já tinha feito este anúncio. Quanto à Meta 20, nós não vamos mais tratar somente com



investimento total, porque, no mínimo, com o investimento total público nós vamos poder manter essa formulação. Mas nós vamos garantir, no mínimo, 7,5% de investimento direto na educação, o que contempla essas principais metas de expansão e de melhoria da qualidade no serviço público educacional do nosso País.

Por último, gostaria de dizer para o Marcelino que, na nossa meta — eu vou passar para o Nelson toda a planilha de estudos que nós fizemos, meta a meta —, qual foi a base de cálculo? Quanto soma centavo por centavo? Nós estamos calculando não o que o Governo calculou — 1 milhão e 900 mil professores — para estipular a meta de reajuste e atualização dos professores no Brasil inteiro. Nós colocamos 600 mil professores a mais, porque calculamos o que vai ser necessário para a creche, de 0 a 3 anos, e também na educação infantil.

Então, isso está incluso na nossa proposta. E o recurso está dimensionado dentro dos parâmetros que achamos, pelo menos, que podem dialogar, dando um passo à frente estruturante no que diz respeito ao vencimento dos trabalhadores da educação no nosso País.

Espero, Srs. Deputados... A pressa é nossa. Não há o debate na opinião pública. Eu acho bom que conversemos com o Mantega. Acho fundamental e necessário, condição para os trabalhos evoluírem. Mas também temos que ter uma responsabilidade.

Deputado Ivan, não é porque o plano passado ficou 4 anos sem votar que desejamos que este também fique 4 anos sem votar. Então, vamos entrar em um entendimento sobre isso. Estamos de acordo sobre isso. Para nós, é importante que o plano seja votado e que ele se transforme numa referência programática para Estados e Municípios, para a sociedade, no que diz respeito a investimento em educação.

Mas não podemos ficar esperando a reunião no Ministério da Fazenda para discutir os 10%, ou os 8%, ou os 7,5%, ou as razões, indefinidamente. A Comissão precisa de um parâmetro. Nós queremos votar isso até quando? Eu posso apresentar o relatório, com as contribuições, semana que vem, porque o que não estiver acordado no relatório, que não for base comum entre nós, nós vamos ter oportunidade de destacar e votar na Comissão. Vamos ficar aqui 4 dias discutindo os problemas de conceito a respeito de estratégia, a respeito de concepção, a



respeito de filosofia da educação. Nós vamos debater todas essas questões por 4 dias, mas é importante que tenhamos um norte do ponto de vista do prazo. Quando vamos votar? Final de março, até o começo de abril? O relatório, posso apresentá-lo amanhã.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Permita-me uma pergunta, Deputado Vanhoni. O Ministro da Fazenda já se comprometeu a vir debater a questão?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu não sei disso. Quem ficou encarregado de fazer essa articulação foi o Presidente da Comissão, o Deputado Lelo, que tratou isso com a Secretaria de Assuntos Institucionais da Ministra Ideli Salvatti. E também acho que estavam presentes membros do Ministério da Educação naquela oportunidade. Esses entendimentos ficaram sob a responsabilidade do Presidente da Comissão, o Deputado Lelo Coimbra.

Pelo que nós sabemos até agora, conforme o Deputado Raul Henry nos noticiou, nós estávamos acordados de conversar com o Nelson Barbosa. E parece que ficou desfeita esta conversa. O entendimento agora apontado pela Deputada Fátima, pelo Deputado Newton Lima e pelo Raul Henry é que vão fazer um esforço, ainda nesta semana, para que o Ministro Mantega receba a Comissão, e com essa possibilidade de que toda a Comissão possa reunir-se no Ministério da Fazenda. Foi esse o entendimento que foi construído aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós podemos levar os nossos convidados da Mesa para essa reunião também, não é?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - É evidente que sim. Do meu ponto de vista, seria muito importante, porque os três, que são economistas e especialistas na área da educação, podem ajudar a debater e a esclarecer as questões de números de financiamento.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Raul, só uma questão, ainda sobre esse tema. O Deputado Lelo está conduzindo essa negociação para trazer o Ministro Mantega. O próprio Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, assumiu também este papel agora e está negociando para que o Ministro venha o mais rápido possível. Mas como existe um requerimento nosso de convocação para ser votado, a minha esperança é que marcássemos para amanhã esta reunião, para



termos uma noção. Se o Ministro se prontificou a vir, ótimo. Senão, vamos votar o requerimento, para não comprometermos a questão das datas. Não podemos ficar aguardando a vida toda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Henry) - A orientação que eu tenho aqui é que esse assunto está sendo tratado pelo Deputado Lelo Coimbra. Eu estou aqui presidindo esta sessão hoje por uma deferência dele e do Deputado Angelo Vanhoni. Então, eu acho que podemos, sim, tratar desse assunto com S.Exa. e, caso necessário, marcar uma reunião extraordinária para votar a convocação.

Amanhã, na reunião da Comissão de Educação, nós discutiremos o assunto.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença a todos e declaro encerrada a reunião.